

CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOUZA
UNIDADE DE PÓS-GRADUAÇÃO, EXTENSÃO E PESQUISA
MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO E DESENVOLVIMENTO
DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

RUBENS EDUARDO BIROCHI MORGABEL

**ESTUDOS SOBRE A PERMANÊNCIA E O ABANDONO
ESCOLAR EM UM CURSO TÉCNICO DE UMA ESCOLA TÉCNICA PAULISTA**

São Paulo

Abril/2018

RUBENS EDUARDO BIROCHI MORGABEL

**ESTUDOS SOBRE A PERMANÊNCIA E O ABANDONO
ESCOLAR EM UM CURSO TÉCNICO DE UMA ESCOLA TÉCNICA PAULISTA**

Dissertação apresentada como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em Gestão e Desenvolvimento da Educação Profissional do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, no Programa de Mestrado Profissional em Gestão e Desenvolvimento da Educação Profissional, sob a orientação da Prof. Dra. Sueli Soares dos Santos Batista.

São Paulo

Abril/2018

FICHA ELABORADA PELA BIBLIOTECA NELSON ALVES VIANA
FATEC-SP / CPS

M847e Morgabel, Rubens Eduardo Birochi
Estudos sobre a permanência e o abandono escolar em um curso técnico de uma escola técnica paulista / Rubens Eduardo Birochi Morgabel. – São Paulo: CPS, 2018.
71 f. : il.

Orientadora: Profa. Dra. Sueli Soares dos Santos Batista
Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Desenvolvimento da Educação Profissional) - Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, 2018.

1. Educação profissional e tecnológica. 2. Educação e trabalho. 3. Evasão e permanência escolar. I. Batista, Sueli Soares dos Santos. II. Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza. III. Título.

RUBENS EDUARDO BIROCHI MORGABEL

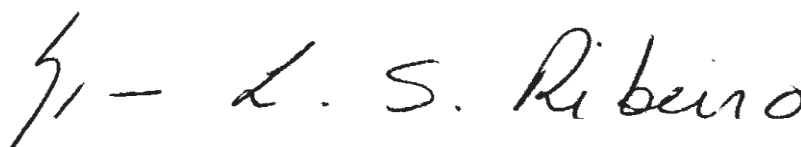
**ESTUDOS SOBRE A PERMANÊNCIA E O ABANDONO
ESCOLAR EM UM CURSO TÉCNICO DE UMA ESCOLA TÉCNICA PAULISTA**

A handwritten signature in black ink, reading 'Sueli Soares dos Santos Batista'. The signature is written in a cursive style with three distinct upward strokes at the beginning of each word.

Profa. Dra. Sueli Soares dos Santos Batista
Membro

A handwritten signature in black ink, reading 'Ivanete Bellucci Pires de Almeida'. The signature is written in a cursive style with a large, sweeping loop at the end.

Profa. Dra. Ivanete Bellucci Pires de Almeida
Membro

A handwritten signature in black ink, reading 'Suzana Lopes Salgado Ribeiro'. The signature is written in a cursive style with a large, sweeping loop at the end.

Profa. Dra. Suzana Lopes Salgado Ribeiro
Membro

São Paulo, 24 de abril de 2018

Em primeiro lugar, à Dra. Suzana Lopes Salgado Ribeiro que prontamente aceitou participar das Bancas de Qualificação e Defesa deste Mestrado em Educação Profissional, agregando conhecimento através de sua valiosa contribuição.

Em segundo lugar, à professora por Dra. Ivanete Bellucci Pires de Almeida por sempre ensinar que o sucesso é árduo e está a um passo de quando se pensa em desistir.

Em especial à professora Dra. Sueli Soares dos Santos Batista que aceitou ser orientadora após alterações da orientação anterior. Porém, para esta professora, não se resume somente ao fato de se tornar orientadora, mas, sim, ao conhecimento passado ao longo das aulas, pelos conselhos e dicas sobre a dissertação e principalmente pela amizade e respeito ao longo do tempo.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por me deixar acordar todo dia de manhã e ver o sol nascer. Agradeço por me deixar ser dono de minhas ações e responsável por elas. Por me dar tudo aquilo de que eu preciso mesmo que não seja tudo aquilo que eu quero.

Agradeço à toda minha família e à minha esposa pelo incentivo, compreensão e investimentos ao longo desta jornada de conhecimento.

Agradeço aos meus alunos que, nos dias mais difíceis, entenderam minha preocupação e momentânea incapacidade de conciliar meus anseios de aprimoramento acadêmico e o exercício da docência.

Agradeço ao Prof. Eduardo Breno e ao Prof. André Luis Vasconcelos Cuchi pelo apoio e amizade.

Agradeço à Etec de Vargem Grande do Sul, em nome do professor Diretor Mauro Monteiro, pelo apoio, incentivo e respeito.

Agradeço especialmente à Profa. Dra. Helena Gemignani Peterossi, e toda a Coordenação do Programa de Mestrado Profissional em Gestão e Desenvolvimento da Educação Profissional pela excelência.

Agradeço a Débora Pandolfi Ricci e a Vilma Capela Cordas pela atenção dispensada, ao Giovani Marques Bento, Carlos Roberto dos Santos, Lurdes Pereira Cavalcante e a senhora Olívia Moreira da Rocha pelo acolhimento em todas as vezes que estive presente no Programa de Mestrado Profissional em Gestão e Desenvolvimento da Educação Profissional do CEETEPS.

“O principal objetivo da educação é criar pessoas capazes de fazer coisas novas e não simplesmente repetir o que as outras gerações fizeram.”

(JEAN PIAGET)

RESUMO

MORGABEL, R. E. B. **Estudos sobre a Permanência e o Abandono Escolar em um Curso Técnico de uma Escola Técnica Paulista**. 70f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Desenvolvimento da Educação Profissional). Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, São Paulo, 2018.

Estudos cada vez mais direcionados aos problemas que atingem à grande quantidade de escolas técnicas são fundamentais para a descoberta de soluções que possam ser aplicadas nestas escolas, na busca de uma diminuição gradativa da grande quantidade de alunos que abandonam os cursos antes do fim do ciclo educacional. A crescente ampliação da oferta de educação profissional através dos cursos técnicos é acompanhada de políticas para aumentar a permanência do aluno dentro da escola bem como de combate e controle à evasão escolar, considerando sua realidade sociocultural e econômica? Quais são as políticas de transição da formação técnica para o mundo do trabalho? Trata-se de uma complexidade de questões que demandam análises científicas, baseadas em metodologias de natureza quali-quantitativa, para compreender a sua dinâmica e oferecer subsídios para a formulação de políticas públicas que contribuam para a melhoria da qualidade da educação no país. A partir dessa problematização, O objetivo geral desta pesquisa é compreender as causas da evasão e/ou da diminuição do tempo de permanência do aluno no ensino técnico, buscando os fatores que contribuam para o desenvolvimento educacional e social, analisando modelos de ações desenvolvidas diretamente para tais questões em um espaço geográfico e temporal delimitados. Especificamente, o objetivo se debruça sobre o contexto do aumento significativo de abandono dos alunos de um Curso Técnico em Administração da Etec de Vargem Grande do Sul, estado de São Paulo, em que se desenvolve um projeto em busca de soluções para este problema desde o ano de 2012. A partir da compreensão dos fatores determinantes para o abandono e para a permanência do educando na escola por meio de pesquisa bibliográfica, foram analisados os resultados da aplicação de projeto de parceria entre a escola e a iniciativa privada para o oferecimento de oportunidades de emprego remunerado, através de vagas para aprendiz ou estagiário, relacionando o oferecimento de uma oportunidade de emprego remunerado concomitante à permanência e conclusão do curso técnico noturno no contexto analisado.

Palavras Chave: Educação Profissional e Tecnológica. Educação e Trabalho. Evasão e Permanência Escolar

ABSTRACT

MORGABEL, R. E. B. **Studies on the Permanence and the Abandonment School in a Technical Course of a Paulista Technical School.** 70f. Dissertation (Professional Master's Degree in Management and Development of Professional Education). State's Center of Technological Education Paula Souza, São Paulo, 2018.

Studies that are increasingly directed at the problems that affect the large number of technical schools are fundamental for the discovery of solutions that can be applied in these schools, in the search for a gradual decrease in the large number of students who drop out before the end of the education cycle . Is the increasing expansion of the offer of vocational education through the technical courses accompanied by policies to increase the student's permanence within the school, as well as to combat and control school dropout, considering their socio-cultural and economic reality? What are the transition policies of technical training for the world of work? It is a complexity of questions that require scientific analysis, based on methodologies of a qualitative and quantitative nature, to understand its dynamics and offer subsidies for the formulation of public policies that contribute to the improvement of the quality of education in the country. Based on this problem, the general objective of this research is to understand the causes of avoidance and / or reduction of the student's time in technical education, searching for factors that contribute to educational and social development, analyzing models of actions developed directly for issues within a defined geographical and temporal space. Specifically, the objective is focused on the context of the significant increase in students dropping out of an Etec Technical Course in Vargem Grande do Sul, state of São Paulo, where a project has been developed in search of solutions to this problem since the year 2012. Based on the understanding of the factors that determine the abandonment and permanence of the student in the school through bibliographic research, the results of the application of a partnership project between the school and the private initiative for the offering of opportunities of paid employment, through vacancies for apprentice or trainee, relating the offer of a paid employment opportunity concomitant to the permanence and completion of the night technical course in the analyzed context.

Keywords: Professional and Technological Education. Education and Work. School Evasion and Permanence

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Programas educacionais no Ceeteps - Inserção no mundo do trabalho.....	40
---	----

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Fachada da Etec de Vargem Grande do Sul	42
Figura 2 - Mapa regional de cidades vizinhas à Vargem Grande do Sul	43
Figura 3 – Laboratórios de Física, Química, Biologia e Informática; Barracão de Eventos e Cozinha para Panificação	44

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Idade da população de Vargem Grande do Sul.....	45
Gráfico 2 – Rendimento domiciliar per capita	46
Gráfico 3 - Setores de absorção da mão de obra local.....	50
Gráfico 4: Evasão 1º Semestre de 2013, no Curso de Administração.....	53
Gráfico 5: Evasão 2º Semestre de 2013, no Curso de Administração.....	54
Gráfico 6: Evasão 2º Semestre de 2014, no Curso de Administração.....	55
Gráfico 7: Evasão 1º Semestre de 2015, no Curso de Administração.....	56
Gráfico 8: Evasão 1º Semestre de 2016, no Curso de Administração.....	56
Gráfico 9: Evasão 1º Semestre de 2017, no Curso de Administração.....	57
Gráfico 10 - Demonstrativo semestral / Dificuldade em conciliar escola com trabalho	58
Gráfico 11 - Demonstrativo semestral / Perda de direito a vaga	59
Gráfico 12 - Demonstrativo semestral / Problema de ordem pessoal.....	60

LISTA DE SIGLAS

INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
SESU/MEC	Sec. Educação Superior do Ministério da Educação e do Desporto.
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
IPCA	Índice de Preços ao Consumidor
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNLD	Programa Nacional do Livro Didático
PNATE	Programa Nacional de Transporte Escolar
PDDE	Programa Dinheiro Direto na Escola
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PROEJA	Prog. Nac. Integração da Educação Profissional de Jovens e Adultos
SNA	Serviço Nacional de Aprendizagem
MEC	Ministério da Educação
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SENAT	Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte
SESCOOP	Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo
FIC	Guia Pronatec de Cursos
PISA	Programa Internacional de Avaliação de Estudantes
CEETEPS	Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
CPS	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
SEBRAE-SP	Serviço de Apoio às Micros Empresas do Estado de São P
SDECTI	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
MEI	Índice de Preços ao Consumidor
FUSSESP	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
PPG	Programa Nacional de Alimentação Escolar
R	Programa Nacional do Livro Didático

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1 ABANDONO ESCOLAR À BUSCA DE SOLUÇÕES.....	20
1.1 Programas educacionais frente à falta de políticas educacionais continuadas	23
1.1.1 Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec)	25
1.1.2 Programa Mais Educação	26
1.1.3 Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja).....	27
2 EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL: DILEMAS PARA UMA JUVENTUDE TRABALHADORA	29
2.1 A educação e as transformações do mundo do trabalho: tentativas de regulação e a reforma do ensino médio	33
2.1.1 O Estágio remunerado – Legislação e contexto	34
2.1.2 O Aprendiz – Legislação e contexto.....	35
2.2 Itinerários formativos e os interesses dos alunos: a reforma do ensino médio.....	37
3 PESQUISA DE CAMPO: COMPREENDENDO A EVASÃO E A PERMANÊNCIA DOS ESTUDANTES NUMA ESCOLA TÉCNICA DO CEETEPS ..	40
3.1 O Cenário da Pesquisa: a Etec de Vargem Grande do Sul	40
3.2 Projeto parceria escola e empresas privadas.....	47
3.3 Aplicação e desenvolvimento do projeto na escola.....	50
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES	53
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	62
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	66
ANEXO A.....	71

INTRODUÇÃO

A crescente ampliação da oferta de educação profissional através dos cursos técnicos é acompanhada de políticas para aumentar a permanência do aluno dentro da escola bem como de ações de combate e controle à evasão escolar, considerando sua realidade sociocultural e econômica? Quais são as políticas de transição da formação técnica para o mundo do trabalho? Trata-se de uma complexidade de questões que demandam análises científicas, baseadas em metodologias de natureza quali-quantitativa, para compreender a sua dinâmica e oferecer subsídios para a formulação de políticas públicas que contribuam para a melhoria da qualidade da educação no país.

A permanência na educação é um dos maiores e mais preocupantes desafios do sistema educacional brasileiro, pois é fator de desequilíbrio e desajuste dos objetivos educacionais pretendidos pelos órgãos que gerenciam e regulamentam a educação no Brasil. Desde muito tempo o modelo de educação ou sistema de ensino vem sendo o instrumento reprodutor de legitimação das desigualdades sociais e está longe de ser fundamental para a criação e desenvolvimento das diferentes classes sociais em suas diferentes gerações (BOURDIEU; PASSERON, 2009).

Atribui-se a responsabilidade do abandono escolar às questões pedagógicas como a didática e até mesmo às concepções de um currículo ultrapassado. Outras vezes é mais comum a responsabilidade ser atribuída às instituições de ensino que possuem estruturas disciplinares inadequadas e inflexíveis e por último esta responsabilidade também ser originária da influência negativa, aos olhos do conhecimento, da educação e da ética, de amigos e familiares (BENSIMON, 2007).

A baixa motivação dos alunos nas escolas públicas, assim como a escassez de professores comprometidos, também é considerada razão pela queda nos índices de desempenhos dos estudantes no processo educacional. O que se percebe é que as características dos alunos que têm um baixo índice de permanência na escola não são homogêneas, mas sim heterogêneas (MOURA; MENEZES 2004).

É de extrema importância a análise do contexto social desta juventude que a pesquisa aborda dentro desta heterogeneidade, uma vez que, entre tantos resultados, um desses diz respeito às mudanças ocorridas na sociedade a partir das transformações no mundo do trabalho, que impactam diretamente o aluno empregado. Tal aspecto é considerado relevante na análise do ensino técnico noturno, uma vez que se pode identificar como preocupação

constante a profissionalização na relação que tem de forma inerente ao processo de escolarização como um todo.

Para Patto (1996), fatores psicológicos de um ambiente familiar afetivo são fundamentais para se compreender as diferenças nas escolhas dos jovens as quais são derivadas de seus ambientes familiares, inseridos estes em contextos socioculturais distintos.

Nessa linha de raciocínio, Anastasi (1965) considera que:

Certos aspectos da vida familiar da classe baixa tendem a minar a autoconfiança e a segurança emocional da criança e desencorajar o desenvolvimento intelectual. Estas diferenças refletem-se em ajustamento emocional mais deficiente e realização escolar inferior por parte das crianças de classe baixa. (p. 596).

Mas está é apenas uma abordagem inicial do problema. Superando as visões simplistas de faixa etária e de uniformização do que se considera infância e juventude – a criança e o jovem no contexto sociocultural em que se desenvolvem – são necessários estudos e análises histórico-sociais mais profundas, conforme afirma Bourdieu (1983):

[...] a idade é um dado biológico socialmente manipulado e manipulável; e que o fato de falar dos jovens como se fossem uma unidade social, um grupo constituído, dotado de interesses comuns, e relacionar estes interesses a uma idade definida biologicamente já constitui uma manipulação evidente (BOURDIEU, 1983, p. 2).

Existe uma mudança relevante de comportamento entre as fases da juventude, desde a entrada na escola para o aprendizado da educação básica até sua formação final. Essa mudança provém de uma negação do presente vivido pelo jovem, uma vez que esta juventude tem dificuldade em aceitar imposições sociais e econômicas, porque ainda não possui um caráter universal, homogêneo ou estável (BOURDIEU, 1983). Em síntese, não se pode acreditar que o sistema educacional com todas suas práticas pedagógicas e evoluções seja o único indutor de que o aluno que é filho de pais bem-sucedidos na escola e na sociedade sejam mais propensos à permanência escolar enquanto os alunos que são filhos de pais pobres economicamente e sem muito estudo sejam mais propensos ao fracasso e à realização de trajetórias escolares mais curtas, isto é, abandonem os estudos.

O aumento do índice de abandono do ensino, assim como a diminuição do tempo de permanência do aluno nas escolas, desconfiguram o modelo educacional, seja ele no aspecto de gerência das ações ou até mesmo como proliferador do processo educacional, que mantém o aluno participante de um processo contínuo. Essa continuidade de estudos fica conectada no seu processo de idade-série, ou seja, o aluno permanece no sistema escolar continuamente. As médias chamam a atenção da sociedade para momentos pontuais da vida escolar dos alunos, no entanto, o aumento dos índices de qualidade de ensino aparece na contramão destas

notícias. Existe o abandono e com isso a diminuição da permanência do aluno na escola, crescendo na mesma proporção e criando um abismo entre o conhecimento de suas causas e o investimento público e privado que se torna paliativo porque não é adequado à complexidade do problema que não se conhece.

Alguns dos fatores mais determinantes deste abandono, muitas vezes denominado de evasão, estão relacionados com as necessidades sociais, bem como com as necessidades ou anseios dos alunos, professores e também das próprias instituições de ensino, veículo principal na propagação da educação no Brasil (BZUNECK, 2000). Assim um dos principais motivos da evasão no ensino técnico também está diretamente ligado aos investimentos errôneos e paliativos que não suprem todas as deficiências, e que não são totalmente conhecidas, sejam elas de anseio dos educandos, dos educadores e até das próprias instituições de ensino.

Compreendendo os estudos de Bourdieu pode-se verificar a existência de dois contextos relativamente ligados. O primeiro é o das relações escolares envolvendo professores, alunos e suas relações de significados, por meio do qual se faz a educação. O segundo é o das relações de classe, o qual inscreve a família do aluno dentro da análise do seu contexto, que se reproduz mediante a contribuição do sistema educacional. Desta forma é possível afirmar que a sociologia da educação provém das relações entre esses dois sistemas de relações: aluno e professor, escola e família (BOURDIEU; PASSERON, 2009; BOURDIEU, 2008).

Após analisar e compreender os elementos das teorias sobre o sistema educacional, que resulta em uma relação complexa da trajetória escolar de um aluno mediante sua posição familiar no espaço das relações de classe, é possível determinar que o cerne desta pesquisa tem como âmbito a compreensão e análise de possíveis ações que façam os números crescentes do abandono e/ou da diminuição do tempo de permanência escolar no ensino técnico retroagirem ou serem minimizadas. De certa forma, é perceptível que, através do levantamento de dados e resultados oferecidos pelos projetos implantados na Unidade Escolar em análise neste caso, a evasão escolar pode ser compreendida como um fator originário da ausência de políticas adequadas e mais direcionadas aos diferentes contextos familiares dos alunos evadidos.

A evasão tem sua complexidade atrelada a fatores objetivos e subjetivos relacionados ao contexto socioeconômico do educando, à família, ao contexto político do país, ao modelo educacional que a instituição de ensino adota e às muitas variantes do mundo do trabalho. A compreensão de que a evasão também é proveniente dos diferentes aspectos sociais e

econômicos das famílias destes alunos, é essencial para o entendimento dos resultados levantados e comparados, oriundos das ações diretas da escola em parceria com empresas de capital privado.

Para Bourdieu (2004), o aluno não tem liberdade plena para escolher seus caminhos. Existe a defesa, pelo autor, de que este jovem é um sujeito moldado à margem da sociedade em seus mínimos detalhes de como enxergar o mundo, como sentir os gostos, ter aptidões, tanger estilos de linguagem e de expressões, incluindo suas ações de convivência e importância na escola influenciando diretamente nas suas expectativas com respeito ao futuro profissional. Mas Bourdieu também acredita que essa tangência à sociedade não molda o jovem de maneira inflexível às ações desta, pois é real a tendência em agir de acordo com o conjunto de disposições práticas comum aos grupos sociais nos quais ele foi socializado.

A diminuição do tempo de permanência do aluno dentro da escola, assim como o abandono escolar são fenômenos sociais que podem e devem ser combatidos com medidas de amparo aos estudantes e aos professores. Onde há carência de profissionais com preparo, nas diferentes áreas da educação, há alunos com ausência de conteúdo educacional, o que é capaz de lhes impossibilitar um futuro melhor. Com base em estudos feitos pelo INEP em 2013, não somente as questões sociais resultam na Evasão, porém causas simples e comuns nas unidades escolares engrossam a lista de motivos, tais como a eminente repetência do educando, a incapacidade de conciliar o estudo e o trabalho a fim de precisar escolher um, a absorção fraca do conteúdo em detrimento do cansaço e até mesmo os desentendimentos entre os próprios colegas de escola.

As evoluções dos processos de produção e de trabalho com a necessidade do conhecimento de novas tecnologias e até o surgimento das novas formas de administração econômica promovem necessárias adaptações na vida social das pessoas, fazendo com que a inserção no mercado de trabalho e a própria qualidade do processo sejam diferentes do modelo anterior, corroborando cada vez mais para a incompreensão imediata das metamorfoses sofridas pelos educandos atuais. Infelizmente, essas evoluções não se restringem às esferas econômicas, mas sim a todas as relações sociais, massificando ainda mais o controle e a administração da vida humana e a mercantilização da vida social. Fica evidente que a juventude tenta se adaptar a estas evoluções e, por serem de bases familiares distintas, reagem de formas distintas, gerando, nos casos em que o sucesso escolar e social da família é pequeno, o abandono e a não conclusão do ciclo educacional (BOURDIEU, 2004).

Considerando a relevância da abordagem de Bourdieu, bem como os estudos sobre evasão e permanência escolar, o objetivo geral desta pesquisa é compreender as causas da

evasão e/ou da diminuição do tempo de permanência do aluno no ensino técnico, buscando os fatores que contribuam para o desenvolvimento educacional e social, analisando modelos de ações desenvolvidas diretamente para tais questões em um espaço geográfico e temporal delimitados, analisando e ponderando o contexto sociológico da educação como alternativa à interpretação e ao controle dos fenômenos do abandono e permanência dos alunos na escola.

Especificamente, o objetivo se debruça sobre o contexto do aumento significativo de abandono dos alunos diminuindo conseqüentemente o tempo de permanência deste na escola em detrimento da conclusão do Curso Técnico em Administração da Etec de Vargem Grande do Sul, estado de São Paulo, a qual desenvolve projeto em parceria com a iniciativa privada no ensejo de oferecer uma oportunidade de emprego remunerado aos alunos da escola. Este projeto vem sendo trabalhado desde o ano de 2012 e auxilia na diminuição da quantidade de alunos que evadem o curso e, conseqüentemente, aumenta o tempo de permanência na escola.

O presente estudo aborda conceitos sobre os fatores determinantes para a permanência e abandono dos educandos, ligados às escolhas que os alunos fazem nos dias atuais. Para o enriquecimento dos conteúdos pesquisados, faz-se necessário abordar os conceitos sobre os itinerários formativos para uma reforma do modelo educacional, diretamente necessários à adequação escolar aos conceitos e escolhas dos alunos nos dias atuais.

Os dois primeiros capítulos da dissertação abordam aspectos relevantes na relação entre juventude, educação e trabalho a partir da proposição de programas e reformas educacionais que possam combater a evasão escolar, sobretudo no que diz respeito à ênfase na educação profissional. Na parte final do estudo, considerando o envolvimento do pesquisador em uma escola técnica pública paulista, um programa de parceria entre escola e empresa é analisado e discutido como uma das alternativas possíveis para ações de permanência dos alunos trabalhadores no seu processo de formação em cursos técnicos.

1 ABANDONO ESCOLAR À BUSCA DE SOLUÇÕES

Para Meneses (2011), a evasão ou o abandono são questões antigas ligadas à própria história do Brasil, uma vez que a política intervém na educação sempre que se fazem necessárias mudanças. Todavia, nem todas as mudanças atingiram e estão atingindo todas as parcelas da sociedade. Bruno (2010), nessa mesma perspectiva, entende que a educação deve ser uma preocupação constante do poder público enquanto estratégia do desenvolvimento sustentável de uma nação que não ocorre se:

[...] o povo não tiver uma educação de qualidade, que abranja não só os aspectos formais, em disciplinas como Matemática, línguas, História e Geografia, mas também os aspectos da formação para a vida, da formação do caráter da nossa juventude (BRUNO, 2010, p. 1).

A evasão escolar é um tema muito delicado e vem sendo analisado desde meados dos anos 1940 e 1950, uma vez que sua problemática cresce de maneira exponencial para o modelo de educação no Brasil. Neste sentido, sabe-se que a legislação brasileira decretou, em detrimento deste crescente aumento da evasão, o dever de orientar o aluno na sua vida social e educacional (NASCIMENTO, 2015).

Para Palharini (2008), as causas mais variadas como as políticas sociais, os contextos socioeconômicos e socioculturais, a própria geografia – com relação à distância entre a escola e onde o aluno mora – a falta de meios de transportes públicos decentes e seguros para os alunos, as questões pedagógicas das unidades de ensino, as possíveis variações metodológicas para um mesmo assunto, o material didático incompatível com a realidade e ou a cultura, a falta de interesse dos alunos em ter um futuro melhor, a ausência de motivações para os estudos, os baixos salários dos professores, a ausência de uma melhor estrutura interna da escola, são as mais comuns em um território se não pouco explorado, pouquíssimo compreendido.

O problema da evasão não tem somente um responsável. Queiroz (2004) aponta que a evasão é uma questão de âmbito nacional e pela amplitude deve ser discutida e analisada em todo contexto educacional brasileiro. A defesa de que o educador e o próprio analfabetismo também têm papel influente na questão faz parte desse debate.

O tema da evasão é facilmente encontrado em artigos de revistas e jornais especializados e é crescente sua temática nos debates em escolas, entre professores e educadores, assim como na própria gestão educacional. Esta temática demonstra o grau de

insatisfação com relação ao modelo educacional aplicado atualmente. O alto índice da evasão escolar revela que o sistema de ensino do Brasil precisa melhorar e para isto é preciso procurar estratégias de políticas públicas para reverter esses altos números fazendo com que os alunos não abandonem a escola. (QUEIROZ, 2004).

Para Castro (2006), os incentivos criados pelo Estado não são suficientes, pois ainda se vê um crescimento incontrolável da evasão. Assim, leva-se a crer que há somente um efeito paliativo destas ações, e que a longo prazo o que se vê é uma diminuição da efetividade destas tentativas e o crescimento da evasão.

A contextualização deste problema com os gastos diretos para a contenção, ou melhor, tentativa de contenção da evasão não param em valores. A ausência de investimentos em áreas da educação que realmente precisam deles, não acontece por conta deste processo equivocado.

A evasão tornou-se um problema tão sério que seu incômodo despertou a necessidade de estudos, e em março de 1995 surgiu a Comissão Especial de Estudos sobre a evasão, na tentativa de adequar a política educacional pública ao problema. Esta comissão foi criada pelas portarias da Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação e do Desporto - SESu/MEC, de 13 e 17 de março de 1995, publicadas no Diário Oficial da União, respectivamente em 18 e 21 de março. O objetivo inicial era o de desenvolver mais pesquisas sobre o desempenho do modelo de ensino superior (BARDAGI & HUTZ, 2005).

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996, em seu artigo 2º, a educação é dever da família e do Estado, devendo ser inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tendo por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Mas estudos do início dos anos 2000 indicavam que ainda 75% dos jovens estavam fora das universidades, e a média anual da evasão nos cursos de ensino superior era de 22%. Com índices tão elevados, as próprias escolas e universidades começam a entender que o problema da evasão é muito mais grave e que existe uma errônea aplicação de dinheiro investido (MICELLI, 2008).

Dentre os principais focos dos investimentos efetuados pelo poder público na tentativa de se controlar a evasão, acreditava-se que aumentar a motivação dos professores, melhorar a estrutura física das unidades de ensino entre outros resolveria. Todavia, o que não se compreendia era que não estava se falando de um problema só de uma escola ou de um curso, mas sim de todo um contexto educacional de um país.

O aumento crescente das despesas com educação na luta contra a diminuição do tempo

de permanência do aluno na escola comparada ao percentual do PIB no período 2000 a 2010 coloca o Brasil na média em comparação com outros países, conforme dados da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, 2005). Por exemplo, nos anos 2000, tal despesa correspondia a 52,8% da média da OCDE; em 2005, correspondia a 51,9% e em 2010 a 54,7% conforme dados do Índice de Preços ao Consumidor (IPCA) de 2013.

Na expectativa de uma solução mais rápida e eficiente para o problema do abandono e da baixa permanência na escola, o Ministério da Educação criou, como autarquia, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), tornando-o responsável pela gestão da arrecadação da contribuição social do Salário/Educação e assim gerenciar a distribuição desta nova fonte de recursos para alguns programas federais em educação, que teria como objetivos principais a melhoria e manutenção da qualidade no oferecimento de Alimentos aos alunos, conteúdo didático, transporte escolar e investimentos em infraestrutura, listados nesta sequência a seguir:

- Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) – Também denominado de Merenda Escolar, o PNAE consiste na transferência de recursos para a aquisição de alimentos destinados à merenda escolar. Este programa tem o objetivo de resolver um dos problemas mais comuns e de grande impacto na educação, que é a alimentação do aluno no período de frequência diária na escola;
- Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) – A LDB garante que, como dever do Estado com a educação escolar pública, o atendimento aos alunos por meio de programas suplementares de material didático-escolar deva ser feito pelo PNLD, que tem como objetivo atualizar a didática escolar e disponibilizar igualmente livros e materiais didáticos de qualidade a todos os alunos;
- Programa Nacional de Transporte Escolar (PNATE) – A fim de custear despesas com manutenção, seguros, licenciamento, impostos e taxas, pneus, câmaras, serviços de mecânica em freio, suspensão, câmbio, motor, elétrica e funilaria, recuperação de assentos, combustível e lubrificantes do veículo ou, no que couber, do tipo de embarcação utilizada para o transporte de alunos, fica sob responsabilidade do PNATE a garantia do transporte público escolar de qualidade e com total segurança;
- Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) – A finalidade do PDDE é a de prestar assistência financeira às escolas para a manutenção e melhoria da infraestrutura física e pedagógica. Também visa fortalecer a participação social e a autogestão escolar.

Os programas descritos anteriormente foram criados com base na visão do contexto

que o Ministério da Educação tinha com relação às tentativas de se diminuir o abandono e, através dos investimentos em alimentação, livros, transporte e infraestrutura, aumentar a permanência destes alunos na escola.

Houve um aumento dos recursos aplicados pelo FNDE em educação nos anos de 2000 até 2012 de modo gradativo, o que proporcionou crescimento dentro deste período na casa de 8,7 vezes, passando de 5,1 bilhões em 2000 para 49,5 bilhões em 2013, conforme dados do próprio Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE/2014).

Alguns outros medidores, como os do Inep, mostram que a taxa de abandono escolar passa de 10%, enquanto o percentual de alunos que perdem o ano chega a 12,5%. Os gastos com programas para alunos que evadem, abandonam, ou repetem o ano, chegam a algo perto de R\$ 49 bilhões, conforme FNDE.

Existem, portanto, dados extremamente desafiantes com relação a esta questão. Quando se observa os custos da educação no Brasil, entende-se que são investidos com recursos humanos valores suficientes para uma classe de 10 alunos, mas que no tocante tem 40 (ARANHA, 2009). Assim a questão sobre o investimento errado como método paliativo de erradicar a evasão fica claro pois os investimentos sociais não acontecem como deveriam, os que acontecem são direcionados erroneamente e a ausência de preocupação com o capital humano neste processo educacional é cada vez menor, totalmente contrário ao que a própria LBD em seu Art. 2º legisla.

De acordo com os dados do relatório divulgado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Brasil possui a terceira maior taxa de abandono escolar entre os 100 países com maior Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

A crescente preocupação com a evasão é decorrente de ações utilizadas pelas esferas governamentais e privadas, porém a grande diferença entre os variados tipos de públicos determina como essencial a necessidade de uma ampla gama de estratégias a serem adotadas na política educacional, como, por exemplo, os programas de incentivo à Educação oferecidos pelo governo federal, sendo os mais conhecidos o Brasil Profissionalizado, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), o Proinfância, o Mais Educação, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja), entre outros.

1.1 Programas educacionais frente à falta de políticas educacionais continuadas

A evasão não é mais tratada como uma problemática passageira e por este motivo vê-

se cada vez mais a preocupação do Estado na criação de programas que, inseridos na política pública, tenham relação direta com a diminuição do abandono e consequentemente o aumento do tempo de permanência dos alunos nas escolas. A expectativa de que a escola pública seja igual para todos e dentro desta igualdade haja qualidade acima de tudo é clara para o Plano Nacional de Educação (2014/2024).

META 7: Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o IDEB.

O alcance se torna possível, e para tal anseio a própria Constituição Federal Brasileira em seu artigo 205 determina que:

[...]A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Diante desta realidade, o governo criou vários programas voltados à educação para diminuir estes altos números de evasão nas escolas.

- Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec);
- Programa Mais Educação;
- Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja).

Importante ressaltar que, com base no próprio Plano Nacional de Educação (2014/2024), a criação dos programas educacionais não obriga as escolas a participarem de todos os programas, mas sim daqueles que melhor se encaixem no contexto de cada uma, contemplando as necessidades sociais, educacionais, laborais e familiares. Isto é, nenhum programa é melhor que o outro; pelo contrário, são parceiros e se complementam na amplitude de suas ações, de forma que o objetivo de diminuir o abandono e aumentar a permanência seja alcançado. Tais programas estão mais bem detalhados na sequência.

Desta forma há uma interferência positiva do Estado nesta tentativa, pela criação de mais programas educacionais, de diminuir a evasão através da oportunidade de as escolas oferecerem amparo aos alunos pela oferta de um modelo educacional profissionalizante que direcione este aluno ao mercado de trabalho mais rapidamente, de ações que tenham conteúdos voltados à cultura, ao esporte e ao lazer no intuito da aproximação das diferenças e da possibilidade de acesso à educação diminuindo o tempo perdido pelos alunos mais velhos. Todas estas oportunidades são oferecidas, mas não há a obrigatoriedade de implantação total dos mesmos, mas sim daqueles que exclusivamente se fazem necessários ao contexto de cada escola e seus alunos.

1.1.1 Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec)

Criado em 2011, uma das iniciativas de incentivo às habilidades de jovens e adultos é o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), que tem como principal objetivo expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional contribuindo para a melhoria da qualidade da educação básica e ampliando as oportunidades educacionais dos trabalhadores (LEI Nº 12.513, de 26 de outubro de 2011).

Com objetivo principal de atender a um público específico, o Pronatec prioriza os estudantes do ensino médio da rede pública, inclusive da educação de jovens e adultos, os trabalhadores e os beneficiários dos programas federais de transferência de renda. O Pronatec reúne um conjunto de iniciativas com uma proposta básica de oferta de vagas no anseio à expansão física das redes públicas federal e estaduais com a construção e ampliação de escolas de educação profissional em todo o Brasil, redução da capacidade ociosa das instituições, ampliação da oferta de educação profissional à distância e a oferta da Bolsa Formação Estudante e Trabalhador, além de garantir o cumprimento do acordo de gratuidade dos serviços nacionais de aprendizagem e possibilitar a contratação de financiamento para cursos técnicos.

O processo de estruturação de ofertas de vagas pelo Pronatec está fundamentado nas redes de educação profissional, redes públicas federal, estaduais, distritais e municipais de educação profissional e tecnológica e os serviços nacionais de aprendizagem do Sistema S (SENAI, SENAC, SENAR, SENAT e SESI). Essas redes realizam o papel de ofertantes de vagas de educação profissional tanto em cursos técnicos quanto em cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional. As instituições ofertantes têm, portanto, o desafio de articular novas estratégias que contribuam para a redução do analfabetismo e para o aumento da formação profissional com elevação da escolaridade dos que se encontram à margem do mercado competitivo de empregos e da cadeia produtiva como um todo. Os objetivos do Pronatec compreendem:

- I. Expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional técnica de nível médio e de cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional presencial e a distância;
- II. Construir, reformar e ampliar as escolas que ofertam educação profissional e tecnológica nas redes estaduais;
- III. Aumentar as oportunidades educacionais aos trabalhadores por meio de cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional;

IV. Aumentar a quantidade de recursos pedagógicos para apoiar a oferta de educação profissional e tecnológica;

V. Melhorar a qualidade do ensino médio.

1.1.2 Programa Mais Educação

O programa Mais Educação Programa de desenvolvimento da qualidade na educação foi instituído pela Portaria Interministerial nº 17/2007 e regulamentado através do Decreto 7.083/10. O programa é conhecido como uma estratégia do Ministério da Educação em parceria com os Ministérios do Desenvolvimento Social, da Saúde, do Esporte e da Cultura, para induzir a ampliação da jornada escolar e a organização curricular na perspectiva da Educação Integral por meio de atividades socioeducativas no contraturno escolar, acompanhado de ações em cultura e artes, esporte e lazer, cultura digital, comunicação e uso das mídias, direitos humanos, educação ambiental, promoção da saúde e investigação no campo das ciências da natureza, e vínculos com a política de Adequação Idade/Ano Escolar para Jovens de 15 a 17 anos retidos no Ensino Fundamental e o Programa Escolas Interculturais de Fronteira.

Estas ações resumem-se em, para os alunos, garantir a permanência e o sucesso dos jovens de 15 a 17 anos na escola, com perspectivas de conclusão da educação básica. Esse foco coaduna-se com ações de enfrentamento da violência contra jovens negros e é importante fator de emancipação desses jovens, garantindo-lhes oportunidades mais equânimes na sociedade contemporânea e, para os professores, é uma modalidade de intercâmbio que desenvolve atividades com os estudantes em sua língua materna no país vizinho. Os professores de ambos os países realizam o planejamento das aulas de forma conjunta e determinam em quais atividades os professores realizarão o intercâmbio. Portanto, o que ocorre não é o ensino de língua, mas um processo educativo que prioriza a miscelânea cultural e a pluralidade linguística. Além do apoio financeiro para a realização de iniciativas, o Ministério oferece em seu portal acesso a publicações diversas sobre educação integral, incluindo fundamentos teóricos e metodológicos para a realização de experiências de jornada ampliada, assim como mapeamento de iniciativas.

As escolas das redes públicas de ensino estaduais, municipais e do Distrito Federal participam diretamente do programa e podem escolher entre atividades nos macrocampos de acompanhamento pedagógico; educação ambiental; esporte e lazer; direitos humanos em educação; cultura e artes; cultura digital; promoção da saúde; comunicação e uso de mídias;

investigação no campo das ciências da natureza e educação econômica.

1.1.3 Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja).

Criado por meio do Decreto nº 5.478, de 24 de junho de 2005, sendo, em seguida, substituído pelo Decreto nº 5.840, de 13 de julho de 2006, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja) foi instituído em face do quadro da educação brasileira, conforme dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) de 2003, na busca por ações de ampliação das vagas no sistema público de ensino ao sujeito jovem e adulto, introduzindo novas diretrizes que ampliam a abrangência do primeiro com a inclusão da oferta de cursos Proeja para o público do ensino fundamental da EJA definida como uma modalidade da educação básica, representando o esforço na melhoria do acesso a processos de ensino e aprendizagem de qualidade social e no fortalecimento do direito à educação ao longo da vida para todos, com objetivos e metodologias próprias..

A perspectiva básica do programa vem sendo a proposta de integração da educação profissional à educação básica, buscando a superação da dualidade trabalho manual e intelectual, assumindo o trabalho na sua perspectiva criadora e não alienante, através da construção de respostas para diversos desafios, tais como o da formação do profissional, da organização curricular integrada – como a oferta de cursos articulados ao ensino fundamental (anos iniciais ou finais) ou ao ensino médio, na forma integrada ou concomitante e da utilização de metodologias e mecanismos de assistência que favoreçam a permanência e a aprendizagem do estudante –, da falta de infraestrutura para oferta dos cursos dentre outros.

Para estimular uma ampliação das matrículas na rede federal, bem como a implantação dos cursos nas redes estaduais e Serviço Nacional de Aprendizagem (SNA), o Proeja foi integrado às ações do Pronatec em 2013 com uma proposta inicial de ofertar cursos de educação profissional articulados à EJA e programas com itinerários formativos que possibilitem aos estudantes contínuo e articulado aproveitamento de estudos e de conhecimentos, saberes e competências profissionais, por intermédio da Bolsa-Formação, em vistas à busca em proporcionar a elevação da escolaridade e a formação profissional do jovem e do adulto com vistas à participação como cidadão no mundo do trabalho.

A articulação da Educação Profissional com a Educação de Jovens e Adultos, por intermédio da Bolsa-Formação, busca responder às necessidades sociais, educacionais e

econômicas da sociedade brasileira que, por possuir natureza complexa, traz consigo grandes desafios.

Como suporte teórico para o desenvolvimento do Pronatec EJA, tomam-se os seguintes princípios que consolidam a política de educação profissional integrada ao ensino médio, na modalidade EJA, definidos a partir de teorias de educação em geral e de estudos específicos do campo dessa modalidade:

- a) a ampliação do direito à educação básica, pela universalização do ensino médio;
- b) o trabalho como princípio educativo;
- c) a pesquisa como fundamento da formação do sujeito contemplado nessa política;
- d) as condições geracionais, de gênero, de relações étnico-raciais como fundantes da formação humana e dos modos como se produzem as identidades sociais;
- e) o atendimento integral às pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e promoção de intervenção social por meio dos processos educativos;
- f) o reconhecimento da experiência do educando e a relação de saberes-fazer.

Evidentemente, a criação de programas que somente intensificassem a inscrição nas escolas não garantiria a permanência dos alunos. Entende-se que as ações e programas propostos, além de não diminuírem o crescimento da evasão, podem ser oriundos de posições políticas pontuais não relacionadas com a educação propriamente dita e sim com ações descontínuas de governos, postergando-se a solução do problema (GONÇALVES; COIMBRA, 2007). Desta forma, compreende-se a ausência de ações que possam minimizar as causas e os efeitos da Evasão não são tomadas de acordo com a necessidade, mas sim com base nos interesses imediatos de políticas quase sempre clientelistas e distantes da ótica do educando.

Resumidamente, o processo de evasão no Brasil é muito mais sério e grave do que se demonstra. Reflexo de investimentos desnecessários e errados por uma política cega e sem conhecimento nenhum sobre gestão educacional, o fator motivacional que deveria resguardar a educação como pilar de sustentação acaba diminuindo gradativamente e gerando reflexos nos educadores, professores e Unidades Escolares. Pode-se compreender que a necessidade de Educação, Saúde, Segurança são fatores comuns entre todos os educandos. Na ausência de políticas sérias e continuadas, o ônus de todo esse processo recai diretamente sobre a família dos educandos. Quando esta família também se faz ausente, o educando se vê obrigado a buscar a satisfação de suas necessidades não tendo escolha entre trabalhar e estudar.

2 EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL: DILEMAS PARA UMA JUVENTUDE TRABALHADORA

A afirmação de que a juventude deveria ser apenas aproveitada para os estudos na realidade não se concretiza, principalmente pela necessidade que estes jovens têm de conciliar escolarização e trabalho/emprego. Neste aspecto Arroyo (1991), relaciona esse problema à formação social com vistas à educação neste mundo do trabalho:

É essa escola das classes trabalhadoras que vem fracassando em todo lugar. Não são as diferenças de clima ou de região que marcam as grandes diferenças entre escola possível ou impossível, mas as diferenças de classe. As políticas oficiais tentam ocultar esse caráter de classe no fracasso escolar, apresentando os problemas e as soluções com políticas regionais e locais (ARROYO, 1991, p. 21).

Por meio de orientações presentes nas políticas curriculares, os processos de educação formal passam a receber a tarefa de desenvolver nos alunos as novas buscas ou necessidades do modelo econômico, representando assim um afunilamento entre a educação e emprego, através de uma adaptação da escola à sociedade, acredita Arroyo (1991). Para Abramo (2008, p. 43) “agora a pergunta é menos sobre a possibilidade ou impossibilidade de viver a juventude, e mais sobre os diferentes modos como tal condição pode ser vivida”.

A competição injusta, chamada de sobrevivência, entre a escolha de um futuro promissor e um presente capaz de saciar necessidades básicas como comida em casa, faz esta pesquisa se distanciar de um conceito neoliberal de educação. Principalmente, porque a responsabilidade da escolha entre a qualificação técnica e o ingresso e permanência no mercado de trabalho recaem sobre os ombros dos educandos, uma vez que as políticas educacionais brasileiras ainda não são capazes de dar alternativas a esta juventude.

Intimamente vinculada às particularidades da sua trajetória escolar, explica-se essa trajetória pelo tempo de permanência deste jovem na escola e o fator determinante deste tempo para a continuidade do processo educacional e ou evasão e abandono. Cada jovem traz consigo um conjunto de informações, conceitos e hábitos determinados pela herança do convívio social. Esse conjunto de informações, conceitos e hábitos se atualiza durante o processo educacional. Entretanto, ao se falar desta atualização não se pode deixar de explicar que ela é a variável de três componentes fundamentais, tais como o capital econômico, o capital social e o capital cultural (BOURDIEU, 2008).

- O capital econômico consiste dos bens com valor comercial e dos serviços aos quais esses bens dão acesso aos jovens.
- O capital social consiste das redes de relacionamentos influentes mantidos pelo aluno, sua família e sociedade.
- O capital cultural, que não consiste somente dos títulos escolares, mas compreende todo o tipo de qualidade, habilidade ou conhecimento (títulos que são em sua maioria cultivados) que distingue o aluno, tais como domínio da linguagem culta, habilidade em lógica, matemática e ciência, informações sobre a estrutura e o funcionamento do sistema de ensino, preferências em matéria de arte, vestuário, música, alimentação, esportes, lazer.

Segundo Bourdieu (2008), o primeiro e o segundo componentes (capital cultural e capital econômico) estão mais intimamente ligados ao sucesso e à realização de trajetórias prolongadas no sistema de ensino, uma vez que estes determinam e ampliam o patrimônio familiar. Isso significa que ao estudar a evasão ou permanência na escola, o estudante e a família – com os desafios e limites impostos pela sociedade – devem estar no centro das discussões.

A evasão não é desconhecida pelo poder público tão pouco pelo setor privado, afirma Sousa (2011). Comumente, a imagem de um trabalhador despreparado, de baixa qualificação, que não tem perspectiva de crescimento em face de sua limitação cognitiva é facilmente detectada. Essa é uma imagem diretamente ligada à ausência da qualificação educacional técnica que em sua grande maioria foi interrompida pela evasão (GALVÃO, MENDES, 2013). Ainda sob esta ótica é clara a ideia de que a evasão é negativa para o modelo educacional público ou privado brasileiro e para o próprio educando, sendo que para este último com um peso muito maior no seu futuro.

Um cuidado muito importante que deve ser levado em consideração quando se fala em evasão é que esta é avaliada apenas numericamente, uma vez que a política educacional brasileira determina a possibilidade de Evasão também quando um educando é retido ou repetente, e/ou não conclui um nível de ensino (DORE, 2013). Desta forma pode-se dizer que existem dificuldades de entendimento e até mesmo de conceito para se caracterizar a evasão no ensino técnico. Estas dificuldades conceituais e a multiplicidade de faces que a evasão oferece, associadas a situações e circunstâncias muito variadas que vão desde a incompatibilidade geográfica da escola até uma necessidade financeira, torna difícil sua compreensão e entendimento, ainda mais qualquer tipo de quantificação. Outro fator que determina a Evasão no ensino técnico é a relação aos dados secundários disponíveis nas bases

de dados nacionais, os quais oferecem poucas possibilidades para compreender o fenômeno da evasão escolar no ensino técnico.

Estudos mais direcionados a um resultado claro do aumento da evasão indicam que o aumento deste problema afeta todos os níveis da escolarização brasileira e não somente o técnico, porém o que se conclui como unânime entre todos os níveis é de que a Evasão é proveniente, cada vez mais, da incapacidade do educando em conciliar o estudo com um trabalho que lhe ofereça remuneração (BARONE, 2015).

O emprego ou a inserção do educando no mercado de trabalho tem a história como aliada, uma vez que sua compreensão se torna fundamental para o entendimento de que, atualmente, obter uma estabilidade financeira e poder garantir para si um futuro melhor é o elo entre a manutenção do educando na escola e a conclusão do ciclo educacional. Para Oliveira (2004, p.123) “aqueles que não estudam têm poucas chances de obter e manter, no mercado de trabalho, uma ocupação profissional que lhes dê satisfação e remuneração condigna”.

Estudos elaborados em busca de uma saída rápida para o problema da evasão elencam motivos que conduzem o educando a abandonar a escola. Tal fato pode ser melhor compreendido quando se faz a análise de características comuns, tais como a situação financeira em que o educando se encontra, a unidade escolar distante demais da residência do aluno, a falta de transporte público adequado que minimize a distância, falta de incentivo da própria família, gravidez indesejada ou precoce, dificuldade do aluno em conciliar trabalho com estudos, alunos pouco estimulados por cursarem séries atrasadas, aulas teóricas em demasia, problemas encontrados nas próprias escolas, entre outros (CASTRO, 2006).

É o abandono da escola antes do término de um curso. Vários fatores contribuem para isso, avultando entre outros, o pauperismo, como o mais ponderável. No ensino de 1º grau, a evasão escolar é mais acentuada a partir da 3ª série, pois que as crianças do meio econômico precário, tendo atingido uma idade em que os pais as consideram capazes de os ajudar, passam a prestar pequenos serviços no lar ou fora do lar, contribuindo muitas vezes financeiramente para o sustento da família” (ÁVILA, 1992, p. 273).

Para Bergamini (1997), os resultados escolares são provenientes dos estímulos e dos resultados das ações. Assim, a continuidade na escola ou até mesmo no trabalho será proveniente da demasiada e necessária carga de motivação imposta na contrapartida do trabalho ou estudo.

Outra vertente sobre esta ótica classifica o próprio aluno ou educando como responsável pelo seu fracasso e culpa a família como catalizador deste processo. Faz-se lembrar que o menosprezo da sociedade com os fracassados acelera o processo de

diferenciação social e conseqüentemente tem-se este como um provável denominador da evasão.

[...] o fenômeno da evasão e repetência longe está de ser fruto de características individuais dos alunos e suas famílias. Ao contrário, refletem a forma como a escola recebe e exerce ação sobre os membros destes diferentes segmentos da sociedade (FUKUI in BRANDÃO et al, 1983, p. 138).

Afunilando os motivos mais comuns de forma que se possa compreender mesmo que de forma tênue as razões da evasão, Oliveira (2012) acredita que os motivos para o abandono escolar são provenientes do exato momento em que o educando tem que escolher entre a escola e o trabalho. Outros fatores secundários também interferem no abandono escolar, como a incompatibilidade de horário em detrimento de uma política pública falha que também mantém a precariedade na segurança pública, e, por resultado desta somatória, a responsabilidade incide sobre o educando que deve fazer sua escolha, tendo em vista a necessidade de trabalhar para manter aquilo que deveria ter e não têm.

Segundo Bourdieu (2008), a influência ao jovem imposta pelas classes populares é a resposta básica e determinante, uma vez que os próprios pais de jovens oriundos ou partícipes destas classes mais populares, menos abastadas financeiramente e culturalmente, obrigam seus filhos a estudar somente o necessário para se manter e conseguir um emprego, algo que já seria muito além das conquistas que seus próprios pais já tiveram.

Gonçalves (2007) entende que, para muitos alunos, escolher entre terminar o ciclo educacional e se preparar para um futuro mais promissor deixou a muito de ser realidade, esbarrando em um presente mais duro e cruel que não espera ou dá oportunidades.

Para Bourdieu (2008), a posição e a situação da família na estrutura das relações de classes sociais moldam as habilidades em relação aos conceitos do jovem e às ambições educacionais e profissionais, como se houvesse uma influência externa sobre aquilo que se faz necessário dentro de um contexto particular, e, desta forma, um necessário posicionamento deste jovem para adequar-se.

O conjunto das experiências de sucesso e fracasso produz nos jovens um senso prático que demonstra de forma clara quais são suas chances de sucesso e direciona suas escolhas profissionais e escolares, mesmo que este jovem acredite que elas são autênticas e de própria autoria (BOURDIEU, 2008).

Pereira (2003) afirma que tanto a escola, a família, a sociedade e os poderes público e privado são responsáveis pela formação e desenvolvimento do processo educacional, e que o fato da evasão escolar estar crescendo constitui-se em uma negação tácita desta parceria, com

práticas e estratégias de investimento escolar feitas de forma errada.

Desta forma será garantida a educação de qualidade aos alunos se o problema da evasão escolar for enfrentado de forma direta, de maneira que os resultados, ao aparecerem, não interrompam os investimentos, e que estes resultados possam ser tanto de curto quanto médio e longo prazos (PEREIRA, 2003).

As restrições pela falta de capital, cultura e educação faz estes jovens menos favorecidos terem trajetórias escolares curtas e de profissões que exijam pouca escolarização (BOURDIEU, 2008).

Como é possível perceber, estudantes de diferentes famílias e diferentes tipos de estruturas familiares e de classes, podem apresentar diferenças em termos da necessidade que eles têm em adquirir certos graus de escolaridade, decorrentes das carências econômicas. É diante de tais considerações que começam a surgir os programas de educação compensatória. Segundo Patto (1996), é necessário se posicionar criticamente quanto a estudos que reforçam visões preconceituosas, à medida que:

Tais pesquisas confirmam aos educadores a propriedade de sua visão preconceituosa das crianças pobres e de suas famílias, impedindo-os, assim, de olhar para a escola e a sociedade em que vivem com olhos mais críticos. Dizem para o oprimido que a deficiência é dele e lhe prometem uma igualdade de oportunidades impossível através de programas de educação compensatória que já nascem condenados ao fracasso quando partem do pressuposto de que seus destinatários são menos aptos à aprendizagem escolar. Mesmo assim, fazem renascer, com estes programas, a esperança de justiça social, mais uma vez graças ao papel democratizante atribuído à escola compensatória que supostamente reverterá as diferenças ou deficiências culturais e psicológicas de que as classes “menos favorecidas” seriam portadoras. Gera, desta forma, uma nova versão da idéia da escola redentora: será ela que redimirá os pobres, curando-os de suas deficiências psicológicas e culturais consideradas as responsáveis pelo lugar que ocupam na estrutura social (PATTO, 1996, p. 50).

2.1 A educação e as transformações do mundo do trabalho: tentativas de regulação e a reforma do ensino médio

O fator profissional resultante do contexto exposto acima fica cada vez mais desafiador frente ao modelo educacional, uma vez que o crescimento da educação técnica, mais rápida e direcionada ao mercado de trabalho tenta minimizar a ausência dos conteúdos profissionais e diminuir a distância entre as ausências da inclusão social do educando, processo que está em sintonia com as políticas e ações do Ministério da Educação (MEC), no sentido do fomento ao fortalecimento, à expansão e à melhoria da qualidade da educação profissional no país (INEP, 2013). Nos últimos anos, a educação brasileira vem formando um grande contingente de vagas nos vários níveis da educação técnica em busca de um

posicionamento no mercado de trabalho, gerando um crescimento de 74,6% do número de matrículas de 2007 a 2012 (INEP, 2013).

2.1.1 O Estágio remunerado – Legislação e contexto

Para conciliar a educação e as transformações do mercado de trabalho, ações importantes são desenvolvidas neste sentido. Uma destas ações é a Lei do Estágio, Nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, que tem como escopo dar algum encaminhamento a esse problema.

Em seu artigo 1º, essa Lei afirma que:

[...] Estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam freqüentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos.

O primeiro passo da Lei do Estágio visa a produtividade dos educandos no trabalho mediante a frequência nos modelos de ensino, independente de sua modalidade, portanto é considerado um ato de educação desenvolvido no ambiente de trabalho, visto como preparação. Em seu artigo 2º, a Lei afirma que: [...] O estágio poderá ser obrigatório ou não-obrigatório, conforme determinação das diretrizes curriculares da etapa, modalidade e área de ensino e do projeto pedagógico do curso.

Compreende-se, então, que não há obrigatoriedades para este estágio, conforme descritos nas etapas curriculares, que têm como pretexto as áreas e projetos de ensino. Em seu artigo 3º, a Lei afirma que:

[...] O estágio, tanto na hipótese do § 1º do art. 2º desta Lei quanto na prevista no § 2º do mesmo dispositivo, não cria vínculo empregatício de qualquer natureza, observados os seguintes requisitos:

I – Matrícula e freqüência regular do educando em curso de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e nos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos e atestados pela instituição de ensino;

II – Celebração de termo de compromisso entre o educando, a parte concedente do estágio e a instituição de ensino;

III – Compatibilidade entre as atividades desenvolvidas no estágio e aquelas previstas no termo de compromisso.

Referindo-se ao texto do Art. 3º, nota-se o não vínculo de empregabilidade constado nas seguintes restrições: ter frequência e matrícula regulares independente da modalidade de ensino, manter o termo de comprometimento entre o instituto de educação e estágio, bem como focar nas atividades exercidas e previstas.

2.1.2 A Lei do Aprendiz – Legislação e contexto

Assim como o Estágio, outra medida mais direta foi a Lei do Aprendiz, com a mesma finalidade, e instituída pelo decreto nº 5.598, de 1º de dezembro de 2005. Em seu artigo 1º, a Lei do Aprendiz regulamenta a contratação de aprendizes e dá outras providências: “[...] Nas relações jurídicas pertinentes à contratação de aprendizes, será observado o disposto neste Decreto”.

Em seu artigo 1º., a Lei do Aprendiz afirma que: “[...] Aprendiz é o maior de quatorze anos e menor de vinte e quatro anos que celebra contrato de aprendizagem, nos termos do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT”.

O tempo, em idade dos alunos, para o contrato de trabalho é fixado dos quatorze aos vinte e quatro anos, não se aplica aos portadores de deficiência e, no momento que antecede a contratação efetiva, o aprendiz passa por uma experiência prática mais próxima da realidade da empresa contratante para sua preparação rumo ao mercado de trabalho. Em seu parágrafo único, a Lei do Aprendiz afirma que: “[...] Parágrafo único. A idade máxima prevista no caput deste artigo não se aplica a aprendizes portadores de deficiência”.

Em seu artigo 3º., a Lei do Aprendiz afirma que:

[...] Contrato de aprendizagem é o contrato de trabalho especial, ajustado por escrito e por prazo determinado não superior a dois anos, em que o empregador se compromete a assegurar ao aprendiz, inscrito em programa de aprendizagem, formação técnico-profissional metódica compatível com o seu desenvolvimento físico, moral e psicológico, e o aprendiz se compromete a executar com zelo e diligência as tarefas necessárias a essa formação.
Parágrafo único. Para fins do contrato de aprendizagem, a comprovação da escolaridade de aprendiz portador de deficiência mental deve considerar, sobretudo, as habilidades e competências relacionadas com a profissionalização.

Evidente, neste momento, a formação determinada por prazos e conteúdo deste jovem, que, inserido na formação técnica e comprometido com as atividades curriculares, necessita comprovar sua escolaridade, suas habilidades e talentos a fim de dar prosseguimento ao processo de contratação. Em seu artigo 4º., a Lei do Aprendiz afirma que:

[...] A validade do contrato de aprendizagem pressupõe anotação na Carteira de Trabalho e Previdência Social, matrícula e frequência do aprendiz à escola, caso não haja concluído o ensino fundamental, e inscrição em programa de aprendizagem desenvolvido sob a orientação de entidade qualificada em formação técnico-profissional metódica.

Deve-se, então, constar suas devidas anotações na carteira de trabalho: validade do contrato, caso não tenha concluído o ensino fundamental, realizar o registro da matrícula e

frequência na mesma e a inscrição do programa. Em seu artigo 5º., a Lei do Aprendiz afirma que:

[...] O descumprimento das disposições legais e regulamentares importará a nulidade do contrato de aprendizagem, nos termos do art. 9º da CLT, estabelecendo-se o vínculo empregatício diretamente com o empregador responsável pelo cumprimento da cota de aprendizagem.

Parágrafo único. O disposto no caput não se aplica, quanto ao vínculo, a pessoa jurídica de direito público.

Evidenciando o descumprimento das regulamentações, ocorrerá a nulidade do contrato de trabalho diretamente com o responsável, não se aplicando a pessoas jurídicas. Em seu artigo 6º., a Lei do Aprendiz afirma que:

[...] Entendem-se por formação técnico-profissional metódica para os efeitos do contrato de aprendizagem as atividades teóricas e práticas, metodicamente organizadas em tarefas de complexidade progressiva desenvolvidas no ambiente de trabalho.

Parágrafo único. A formação técnico-profissional metódica de que trata o caput deste artigo realiza-se por programas de aprendizagem organizados e desenvolvidos sob a orientação e responsabilidade de entidades qualificadas em formação técnico-profissional metódica definidas no art. 8º deste Decreto.

Toda e qualquer atividade teórica ou prática apresenta progresso em seu desenvolvimento sob orientação e responsabilidades de entidades, levando à formação do técnico-profissional. Em seu artigo 7º., a Lei do Aprendiz afirma que:

[...] A formação técnico-profissional do aprendiz obedecerá aos seguintes princípios:

- I - Garantia de acesso e frequência obrigatória ao ensino fundamental;
- II - Horário especial para o exercício das atividades; e
- III - Capacitação profissional adequada ao mercado de trabalho.

Parágrafo único. Ao aprendiz com idade inferior a dezoito anos é assegurado o respeito à sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.

Para a formação do aprendiz, são necessários alguns requisitos como frequência, aprendizado, adequação e capacitação para o mercado de trabalho e quantidade de horas corretas para exercer as atividades. Em seu artigo 8º., a Lei do Aprendiz afirma que:

[...] Consideram-se entidades qualificadas em formação técnico-profissional metódica:

I - Os Serviços Nacionais de Aprendizagem, assim identificados:

- a) Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI;
- b) Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC;
- c) Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - SENAR;
- d) Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte - SENAT; e
- e) Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo - SESCOOP;

II - As escolas técnicas de educação, inclusive as agrotécnicas; e

III - As entidades sem fins lucrativos, que tenham por objetivos a assistência ao adolescente e à educação profissional, registradas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

A Lei do Aprendiz, DECRETO Nº 5.598, de 1º de dezembro de 2005, determina as entidades acima para contribuir com a melhora da qualidade no processo de ensino, visando resultados e procurando sugestões para a avaliação de competência das entidades. Ainda em seu artigo 8º., a Lei do Aprendiz, § 1º., afirma que:

[...] As entidades mencionadas nos incisos deste artigo deverão contar com estrutura adequada ao desenvolvimento dos programas de aprendizagem, de forma a manter a qualidade do processo de ensino, bem como acompanhar e avaliar os resultados.

Em seu artigo 8º., a Lei do Aprendiz, § 2º., afirma que: “[...] O Ministério do Trabalho e Emprego editará, ouvido o Ministério da Educação, normas para avaliação da competência das entidades mencionadas no inciso III”.

A consciência de que fazer um curso técnico para se sobressair no mercado de trabalho, não é a resposta mais rápida e necessária para todos os problemas financeiros pontuais dos educandos (MAGALHAES, 1998). O maior dos entraves está na quebra ou na descontinuidade do ciclo educacional em relação à insegurança que o mercado determina, alterando diretamente os hábitos e obrigando a utilização de novas estratégias de aprendizagem que permitam a este educando desenvolver a capacidade de poder trabalhar e obter sustento, não deixando para depois a profissionalização de suas habilidades e até mesmo a realização de seus sonhos.

2.2 Itinerários formativos e os interesses dos alunos: a reforma do ensino médio

A Lei nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, traz, logo em seu primeiro artigo, a expressão “processos formativos” para auxiliar na definição da própria palavra educação:

Art. 1º. A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. A expressão processos formativos, nesse caso, é utilizada para indicar a diversidade de fatores relacionados ao processo de constituição humana e que, dessa maneira, interferem diretamente no processo educativo.

Os itinerários formativos são roteiros de estudos para formação continuada e descrição de percursos formativos, organizados de forma intencional e sistemática, estruturando ofertas educacionais que possibilitem ao estudante uma trajetória de formação coesa e contínua, vertical ou horizontalmente, que um educando pode cursar em uma instituição de ensino,

possibilitando sua qualificação para fins de prosseguimento de estudos ou inserção no mercado de trabalho.

O itinerário formativo vai além das possibilidades de verticalização e de oferta de cursos, pois deve-se considerar os itinerários pessoais de cada educando, os processos que contribuíram para sua formação como ser humano e que influenciam o processo de ensino-aprendizagem através de uma construção e organização dos currículos escolares de forma mais flexível e que permita a escolha de conteúdos e componentes de acordo com os interesses da formação.

A Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e criou os Institutos Federais. Embora a expressão itinerários formativos não seja citada diretamente (BRASIL, 2008), é possível destacar conceitos importantes e necessários, como ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos; ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica; ministrar em nível de educação superior cursos de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia, etc.

Esta interação demonstra a existência, ou melhor, cria o compromisso com a formação do educando ingresso com os arranjos produtivos locais. Por exemplo, um estudante que ingressa através de um curso de Formação Inicial e Continuada, conclui o Ensino Médio através de um curso técnico integrado e prossegue com sua formação através de outros cursos como os de Graduação e Pós-Graduação. A integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e superior devem ser promovidas na mesma instituição, gratuitamente e com qualidade. (LEÃO, JACOMEL, & TAVARES, 2014)

Assim, itinerários formativos podem ser compreendidos como a carta de cursos ofertados por uma instituição de ensino, sejam eles de formação inicial e continuada, de nível médio ou superior. A organização de itinerários formativos permite que uma unidade de ensino centralize suas ações para determinados cursos, de acordo com os eixos tecnológicos, otimizando recursos e aproveitando tecnologias comuns (laboratórios e materiais), bem como o quadro de professores e técnicos administrativos. Esse conceito de itinerário formativo é corroborado pela Resolução CNE/CEB nº 06/2012: 6847.

Art. 3º § 3º Entende-se por itinerário formativo o conjunto das etapas que compõem a organização da oferta da Educação Profissional pela instituição de Educação Profissional e Tecnológica, no âmbito de um determinado eixo

tecnológico, possibilitando contínuo e articulado aproveitamento de estudos e de experiências profissionais devidamente certificadas por instituições educacionais legalizadas. § 4º O itinerário formativo contempla a sequência das possibilidades articuláveis da oferta de cursos de Educação Profissional, programado a partir de estudos quanto aos itinerários de profissionalização no mundo do trabalho, à estrutura sócio ocupacional e aos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos de bens ou serviços, o qual orienta e configura uma trajetória educacional consistente.

O Catálogo de Cursos Técnicos, o Guia Pronatec de Cursos FIC e a Classificação Brasileira de Ocupações são documentos orientadores quanto à proposição de cursos, considerando sua importância para o mundo do trabalho (BRASIL, 2012).

Como lema da reforma educacional brasileira, encontra-se o contexto de que a possibilidade de direcionar de forma mais positiva o educando ao mercado de trabalho sem que haja a necessidade de interrupção do ciclo educacional também é determinada como a maior das vantagens deste processo de evolução.

A principal questão determinante para a reforma do modelo educacional brasileiro fundamenta-se na motivação do ente público, governo federal, em buscar incessantemente a melhora dos ínfimos índices educacionais brasileiros. O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) se baseia nos resultados de avaliações externas, como o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA) e taxas de evasão. Desta forma, pode-se perceber que o crescimento não aconteceu e que realmente o Brasil permanece estagnado nos resultados insatisfatórios desde o ano de 2011.

Outros dados, como do IBGE (2015), apontam que a evasão escolar é um sério problema no país, com 1,3 milhão de jovens entre 15 e 17 anos fora da escola. Entre as principais causas do abandono escolar estão a escolha entre o trabalho para manter a renda familiar e a continuidade do ciclo escolar, a gravidez na adolescência e a falta de interesse no atual currículo educacional que, *a priori*, não contempla todas as necessidades deste educando.

As teorias que embasam a reforma são mais motivadoras que as proposições anteriores, trazem características como a flexibilização do currículo por meio de uma educação mais personalizada, ou a ampliação da jornada escolar. Falar em áreas do conhecimento no lugar de disciplinas e incentivar possibilidades múltiplas no currículo são alguns dos caminhos possíveis para motivar os alunos. Assim, pode-se determinar que a escola não pode mais padecer do marasmo, mas, sim, motivar o educando para a continuidade do processo educacional. Conclui-se que é preciso, neste processo evolutivo, fazer com que os conteúdos essenciais de cada área sejam desenvolvidos, através da prática, para que a reforma possa motivar o educando a querê-la como degrau de desenvolvimento educacional e laboral.

3 PESQUISA DE CAMPO: COMPREENDENDO A EVASÃO E A PERMANÊNCIA DOS ESTUDANTES NUMA ESCOLA TÉCNICA DO CEETEPS

A preocupação com a manutenção dos educandos até a conclusão do ciclo educacional é constante, principalmente no Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (CEETEPS), que oferece desde os anos 1960 cursos de natureza profissional e tecnológica. O Ceeteps é uma autarquia do Estado de São Paulo vinculada à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia.

A concentração de ações que intensificam o modelo motivacional de permanência nos cursos do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (CEETEPS) denomina-se Qualificação Profissional e por meio de parcerias com o setor produtivo, fundações, secretarias estaduais e outros órgãos públicos, o Centro Paula Souza (CPS) oferece cursos rápidos para a inserção no mercado de trabalho de pessoas em situação de vulnerabilidade e baixa escolaridade. Milhares de pessoas são atendidas anualmente por programas como o Programa Via Rápida Emprego, o Aprendiz Paulista, o Fussesp e a Qualificação Básica – Formação Inicial e Continuada. Outras iniciativas contribuem para impulsionar o setor produtivo, como o Super MEI, de capacitação à microempreendedores individuais, em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de São Paulo (SEBRAE-SP). No quadro 1 são detalhados algumas dessas iniciativas:

Quadro 1 – Programas educacionais no Ceeteps - Inserção no mundo do trabalho

Qualificação Básica-Formação Inicial e Continuada	Cursos de curta duração para ajudar jovens e adultos a se inserirem ou reinserirem no mercado de trabalho. A oferta muda a cada semestre, de acordo com as demandas do setor produtivo;
Via Rápida Emprego	Coordenado pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação (SDECTI), oferece 150 cursos gratuitos de qualificação profissional para capacitar pessoas em busca de uma oportunidade no mercado. É voltado a maiores de 16 anos alfabetizados, com prioridade para desempregados;
Aprendiz Paulista	Disponibiliza vagas de aprendizes para alunos de Etecs com idade entre 14 e 24. As oportunidades são oferecidas por empresas que se cadastram no Emprega São Paulo e têm acesso ao perfil dos estudantes credenciados no programa;
Super MEI	Cursos de qualificação gratuitos são oferecidos para microempreendedores individuais (MEI) de todo o Estado por meio do programa Super MEI, parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de São Paulo (SEBRAE-SP). Nas 160 modalidades em 18 segmentos da economia, se aprende sobre gestão e técnica simultaneamente;
Fussesp	Parceria com o Fundo Social de Solidariedade do Estado de São Paulo (Fussesp) para capacitação com foco na geração de renda e a inserção no mercado de trabalho da população em situação de vulnerabilidade social;

Fonte: Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, 2017.

3.1 O Cenário da Pesquisa: a Etec de Vargem Grande do Sul

A ferramenta metodológica utilizada nos estudos sobre uma possível ação capaz de diminuir os números do abandono e ampliar o tempo de permanência dos educandos foi desenvolvida através de uma pesquisa qualitativa com caráter científico baseada no estudo e compreensão dos conceitos expostos no referencial teórico, buscando compreender os fatores importantes e que acabam criando uma certa influência sobre as necessidades dos educandos para sua permanência até o fim do período de ensino, motivando estes educandos através da inserção no mercado de trabalho, possibilidade decorrente de resultado oferecido pela parte parceira do projeto proposto, concomitante com os conteúdos ensinados nos cursos da Escola Técnica (Etec) de Vargem Grande do Sul.

A cidade de Vargem Grande do Sul, com aproximadamente 40.000 habitantes (IBGE), está localizada no interior do estado de São Paulo, próxima das cidades de São João da Boa Vista (110.000 habitantes/IBGE), São José do Rio Pardo (54.000 habitantes/IBGE), Casa Branca (39.000 habitantes/IBGE). Cidade por muito tempo titulada como a “A Capital da Batata”, ela viveu seu grande momento econômico em meados dos anos 80 e 90, empregando mais de 60% de sua população no plantio, colheita e beneficiamento do tubérculo.

Desde meados do século XVII, bandeirantes e tropeiros percorriam a chamada Estrada Grande, Boiadeira ou Francana rumo a Goiás, entre elas Bartolomeu Bueno, o Anhanguera, e seu filho, Bartolomeu Bueno da Silva. Ao longo desta estrada, vão se instalando fazendas necessárias para o fornecimento de alimentos aos Bandeirantes e casas para seu abrigo e repouso. Estas fazendas são resultantes das sesmarias que foram sendo concedidas ao longo do traçado da estrada. Entre outras, são concedidas sesmarias ao Padre João José Vieira Ramalho e ao Sargento Mor José Garcia Leal. Da Sesmaria de João José Vieira Ramalho surgiria São João da Boa Vista. A sesmaria de José Garcia Leal, conhecida por Sesmaria Várzea Grande, ia desde a Serra dos Rabello (Santa Ana e Fartura), até Bagassu (Pirassununga), do Córrego Aterrado (Casa Branca) até o Rio Itupeva (São João da Boa Vista), limitando-se com Aguaí, na Fazenda Embirussu (IBGE).

De 1828 a 1874, houve muitas disputas pelas terras da Fazenda Várzea Grande. A Sesmaria dos Garcia Leal deu origem a dezenas de Fazendas e Sítios. Da Fazenda Várzea Grande surgiu uma subdivisão de mais de 60 sítios.

Numa dessas áreas, existia uma povoação instalada no chamado Bairro da Porteira, cujo nome tem origem numa histórica porteira que abria caminho para Casa Branca e para a Fazenda Lagoa Formosa. Em 26 de setembro de 1874, houve a divisão definitiva, com uma

primeira missa realizada pelo Pe. José Valeriano de Souza, vigário de São João da Boa Vista. Como não havia templo, a missa foi rezada na casa do Sr. João Carneiro, às margens de um córrego que desaguava no Rio Verde (Córrego da Grama).

A Formação Administrativa é de um distrito criado com a denominação de Vargem Grande, pela Lei Provincial n.º 14, de 18-02-1888, subordinado ao município de São João da Boa Vista. Elevado à categoria de município com a denominação de Vargem Grande, pela Lei Estadual n.º 1.804, de 01 de dezembro de 1921, foi desmembrado do município de São João da Boa Vista, sede do antigo distrito de Vargem Grande. Constituído como distrito sede e instalado em 24-02-1922 pelo Decreto-lei Estadual n.º 14.334, de 30-11-1944, o município de Vargem Grande tomou a denominação de Vargem Grande do Sul (IBGE).

Como muitas cidades do interior, Vargem Grande do Sul também não se preparou para o futuro e logo perdeu o título de “A Capital da Batata”. Consequentemente, a população que tinha seus rendimentos do plantio da batata migrou para o centro da cidade atrás de emprego no comércio local. Evidentemente, o comércio não se expandiu como o plantio da batata neste mesmo período, e não foi capaz de absorver toda mão de obra surgida com o êxodo. Com um crescimento dentro da regularidade do geral das cidades ao seu redor, Vargem Grande do Sul possui atualmente um comércio mais desenvolvido, porém pequeno, e uma prematura industrialização.

Em meados do ano de 2008, na cidade de Vargem Grande do Sul, foi entregue à população um novo e desafiador modelo de educação, até então nunca visto na cidade, somente nas proximidades, como Casa Branca e Mococa, cidades que rodeiam o microambiente de Vargem Grande do Sul, no interior do estado de São Paulo.

Na época, o governador José Serra entregou a vigésima quarta Escola Técnica da Região Administrativa de Campinas – a Etec de Vargem Grande do Sul, também conhecida e denominada Etec 179, conforme mostrado na figura 1.

Figura 1 - Fachada da Etec de Vargem Grande do Sul



Fonte: Site da Etec de Vargem Grande do Sul, 2017.

A nova unidade do Centro Paula Souza integrou o plano de expansão do ensino profissional, uma das prioridades do governo do Estado. A Etec teve seu início através da oferta à população do Ensino Médio e de um curso técnico de Informática. A acolhida pela escola foi expressiva e já no segundo semestre de 2008 houve a necessidade de sua expansão. Com isso, o curso técnico de Alimentos, com mais 80 vagas distribuídas entre os períodos da tarde e da noite, foi implantado.

O fortalecimento da Etec através das parcerias construídas com a Administração Municipal impulsionou a imagem da escola perante a população e novamente através de investimentos públicos municipais e estaduais a Etec se ampliou estruturalmente. A Etec de Vargem Grande do Sul foi escolhida propositalmente para a coleta de dados e análise dos resultados porque o autor desta pesquisa tem seu trabalho profissional desenvolvido nesta unidade escolar. O autor também participa ativamente e aplica o projeto de permanência como docente e coordenador dessa Unidade Escolar.

A Unidade Escolar fica localizada na entrada da cidade de Vargem Grande do Sul, demonstrada geograficamente no mapa da figura 2. A escola tem capacidade para 500 (quinhentos) alunos por período (manhã, tarde e noite), e oferece Cursos Técnicos em Administração, Recursos Humanos e Marketing no Eixo de Gestão e Negócios; Cursos Técnicos em Informática e Informática para Internet no Eixo de Informação e Comunicação; e Cursos Técnicos em Alimentos, Nutrição e Dietética no Eixo Ambiente e Saúde; e Agroindústria no Eixo de Produção Alimentícia.

Figura 2 - Mapa regional de cidades vizinhas à Vargem Grande do Sul



Fonte: IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2016.

Unidade escolar de ensino público gratuito, a Etec de Vargem Grande do Sul é proprietária de condizente espaço físico à disponibilidade da população e que atualmente conta com nove salas de aula, equipadas com data show, lousas de giz, carteiras espaçosas e sistema de som ambiente, digital. A escola também tem outros três laboratórios completamente equipados para a aulas específicas, sendo eles laboratórios de Física, Química e Biologia. Fazem parte ainda da estrutura da escola, outros três laboratórios completamente preparados para aulas de Informática, cozinha industrial para panificação, biblioteca com amplo acervo de livros e revistas, guarita de segurança, praça de alimentação, cantina adequada e certificada pela vigilância sanitária do município, auditório equipado com sistema de som e luz, climatizado, barracão coberto para eventos culturais e quadra poliesportiva. Instalações físicas que estão expostas através das figuras 3 e 4.

Figura 3 – Laboratórios de Física, Química, Biologia e Informática; Barracão de Eventos e Cozinha para Panificação



Fonte: Site da Etec de Vargem Grande do Sul, 2017.

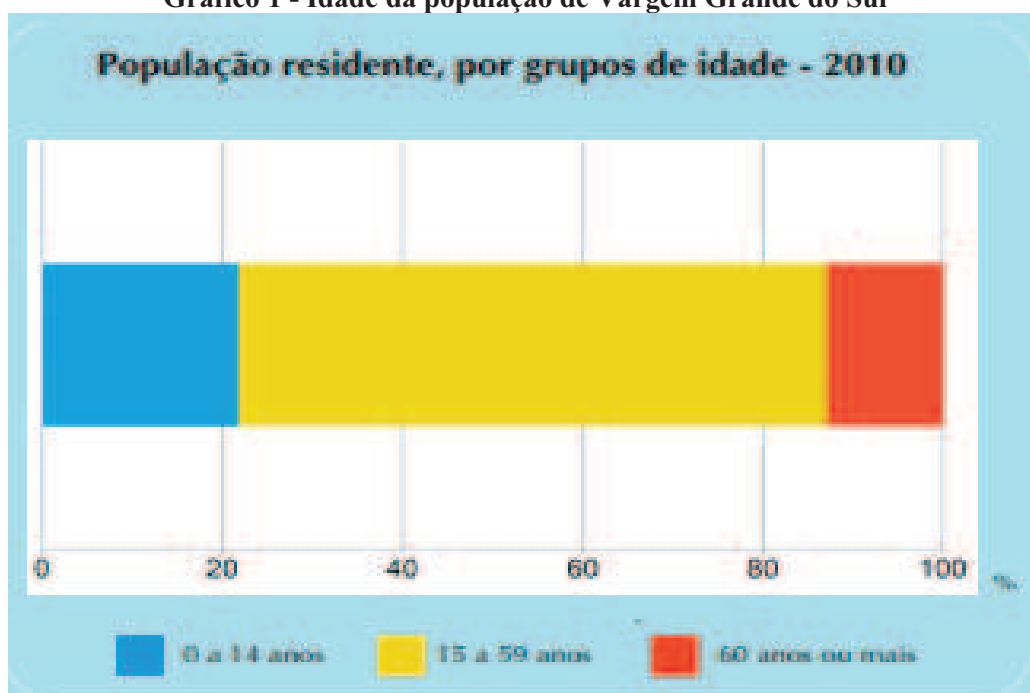
Figura 4 –Auditório; Biblioteca; Salas de Aula; Cantina



Fonte: Site da Etec de Vargem Grande do Sul, 2017.

Pautada pelo Plano de Expansão traçado pelo governo do estado, a Etec de Vargem Grande do Sul traçou o objetivo de criar condições para atingir novas matrículas através dos Vestibulinho semestrais subsequentes a 2008. Além da preocupação em expandir o ensino técnico, a Etec se preocupou com a expansão do ensino médio, uma vez que a probabilidade de o aluno ser concomitante nos dois modelos educacionais era uma realidade. O gráfico 1 apresenta dados demográficos da cidade em que a escola técnica se localiza.

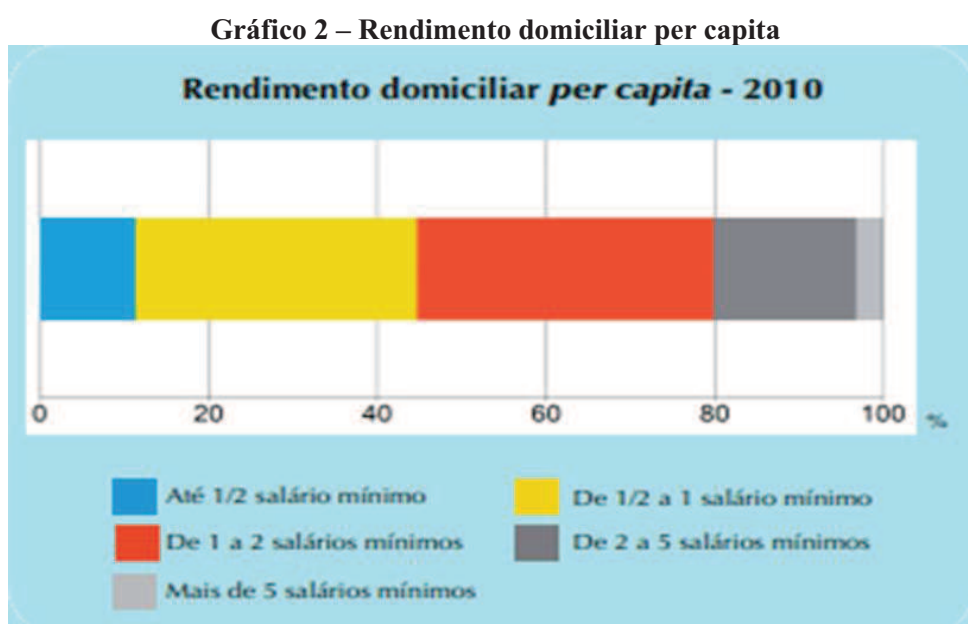
Gráfico 1 - Idade da população de Vargem Grande do Sul



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Havendo uma parcela considerável de jovens na cidade, justificava-se o enfoque em ampliar o leque de alunos nos cursos oferecidos. A Etec de Vargem Grande do Sul tem como preocupação oferecer diferenciais aos seus educandos e, desta forma, não só um modelo de educação era ofertado, mas também eram ofertados benefícios de uma formação técnica para o mercado local ou vizinho.

Através do gráfico 2, pode-se visualizar melhor o rendimento domiciliar *per capita* da população em questão e compreender a necessidade da escolha pelo trabalho em vez da educação, pois o próprio censo demográfico da cidade mostra que 50% da população sobrevive com quase um salário mínimo.



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

A Unidade Escolar fica localizada na entrada da cidade de Vargem Grande do Sul, tem capacidade para 500 (quinhentos) alunos por período, oferece Cursos Técnicos em Administração, Recursos Humanos e Marketing no Eixo de Gestão e Negócios; Cursos Técnicos em Informática e Informática para Internet no Eixo de Informação e Comunicação; e Cursos Técnicos em Alimentos, Nutrição e Dietética no Eixo Ambiente e Saúde; e Agroindústria no Eixo de Produção Alimentícia.

Faz-se necessário esclarecer que esta pesquisa provém substancialmente de ações internas da Etec de Vargem Grande do Sul, que mantém bancos de dados com várias informações sobre seus ex-alunos e alunos frequentes, tais como período de ingresso e saída da escola, condição de saída, se concluinte, evadido, desligado, transferido ou afastado, sexo, renda familiar, grau de escolaridade dos pais. O conjunto dessas informações é fundamental

para traçar o perfil social do aluno da Etec de Vargem Grande do Sul e para o monitoramento e diminuição da evasão, do abandono e para o aumento do tempo de permanência dos alunos na escola.

3.2 Projeto parceria escola e empresas privadas

A proposta educacional da Etec de Vargem Grande do Sul, aliada à oferta diversificada de cursos técnicos compostos de professores com amplo conhecimento, e à toda proporcionalidade de sua estrutura física utilizada para o acolhimento e bem-estar dos alunos não foram suficientes para que a Etec conseguisse fugir dos números crescentes da evasão. Tanto o abandono que interrompe a continuidade e conclusão dos cursos técnicos como a queda no tempo de permanência dos jovens na escola acabaram afetando os resultados e com isso o cotidiano da unidade. A Etec de Vargem Grande do Sul começou a sofrer com um problema comum entre as Etecs, a evasão.

Frente a este problema comum entre as escolas técnicas, a preocupação com a evasão dos alunos nos cursos técnicos noturnos sempre se resumia no aumento gradativo da interrupção do curso antes de seu término, determinado, este aumento, por motivos desconhecidos e até então tão pouco analisados. Na tentativa de se barrar este crescimento negativo na Etec, a direção em parceria com as coordenações de cursos e pelos professores e colaboradores começaram a desenvolver várias ações, sempre paliativas porque acabavam sendo um catalisador da “casca da ferida e não um remédio de cicatrização” na busca de se controlar os efeitos do abandono e da evasão.

O fator primordial para nortear o desenvolvimento das ações implantadas na busca de se encontrar a melhor solução para manter os alunos até concluírem os cursos técnicos noturnos, foram a análise e a compreensão dos conflitos existentes entre a maioria dos alunos que evadiam, sendo aqueles originados de vários motivos, como as características e modelos familiares, a posição socioeconômica e a própria educação. Assim, a leitura das razões expostas pelos próprios alunos que abandonavam os cursos, contendo justificativa de desistência, trancamento e ou abandono no documento de preenchimento obrigatório no ato da desistência definitiva (Anexo A), tornou muito mais fácil compreender que o abandono estava atrelado a questões sociais, não de responsabilidade única da escola, mas sim de uma responsabilidade compartilhada com políticas sociais, com as famílias dos alunos e com a própria conjuntura econômica em que o aluno vivia.

Compreendendo que das justificativas assinaladas no ato de desistência, aquela que tinha mais expressão se atrelava à incapacidade de conciliar os estudos com o trabalho, e tendo como objetivo a tentativa de ampliar a permanência do aluno na escola, o resultado foi a criação de um projeto que tivesse como meta a capacidade de ampliar as chances dos alunos da Etec de Vargem Grande do Sul em ingressarem no mercado de trabalho em horários compatíveis com as capacidades físicas do aluno e diferentes daqueles em que este mesmo aluno estivesse na escola acumulando conhecimento. A ideia básica do projeto a ser proposto ofereceria vagas remuneradas de estágios e ou aprendizes, oportunidades de trabalho remunerado que estariam amplamente demonstradas e explicadas no referencial, para os educandos frequentes dos Cursos Técnicos noturno da Etec de Vargem Grande do Sul, denominando-se Projeto Parceria Escola / Empresas.

Inicialmente à compreensão do contexto do projeto se faz necessário esclarecer que este não cria vínculo ou obrigações das empresas privadas, parceiras e componentes do projeto em contratarem exclusivamente alunos da Etec de Vargem Grande do Sul. A parceria que origina o próprio nome do projeto está diretamente relacionada à oferta ou comunicação da vaga ou oportunidade de emprego primeiramente aos alunos da escola de forma que estes, através do envio de currículos aos coordenadores dos cursos, possam ser direcionados à oportunidade de emprego oferecida pela empresa parceira, todavia sempre esclarecendo que não existem regras ou imposições para uma obrigatoriedade de contrato com o aluno.

Assim as contratações para as vagas oferecidas são de total responsabilidade da empresa parceira, porém as iniciativas da oferta destas vagas são feitas primeiramente na Etec. As contratações posteriores às análises de Currículos e Entrevistas de Emprego desenvolvidas pelas empresas também são de suas responsabilidades, tornando desnecessária uma formalidade jurídica para o projeto.

A construção deste projeto iniciou-se através da demonstração da própria Etec e de seus alunos para a comunidade empresarial de Vargem Grande do Sul. Estipulado um cronograma de datas para visitas semanais às empresas e com confirmação feita através de contato telefônico, a equipe composta pelos Coordenadores de Cursos e pela ATA da Etec visitaram empresas de porte pequeno, médio e grande na cidade de Vargem Grande do Sul no intuito de demonstrar as qualidades fundamentais da estrutura e do modelo educacional ofertado pela Etec, a capacidade e a eficiência de seus alunos e, acima de tudo, esclarecer que era uma visita sem fins comerciais, apenas tendo como meta criar uma oportunidade de emprego remunerado – Estágio e ou Aprendiz – para manter o aluno mais tempo na escola diminuindo o número de abandonos.

O projeto foi denominado de Projeto Parceria Escola / Empresas, partícipe do Plano Plurianual de Gestão (PPG) da escola e propunha a preferência da oferta de vagas de trabalho como estágio e ou aprendiz pela Etec de Vargem Grande do Sul para os alunos que frequentassem os cursos técnicos oferecidos pela Unidade Escolar. Aqui se faz necessário explicar que a frequência do aluno no curso deve ser superior a 75% e as notas não podem ser inferiores que a menção regular (R), ambas como prerrogativas para a interrupção do contrato de trabalho em seu descumprimento.

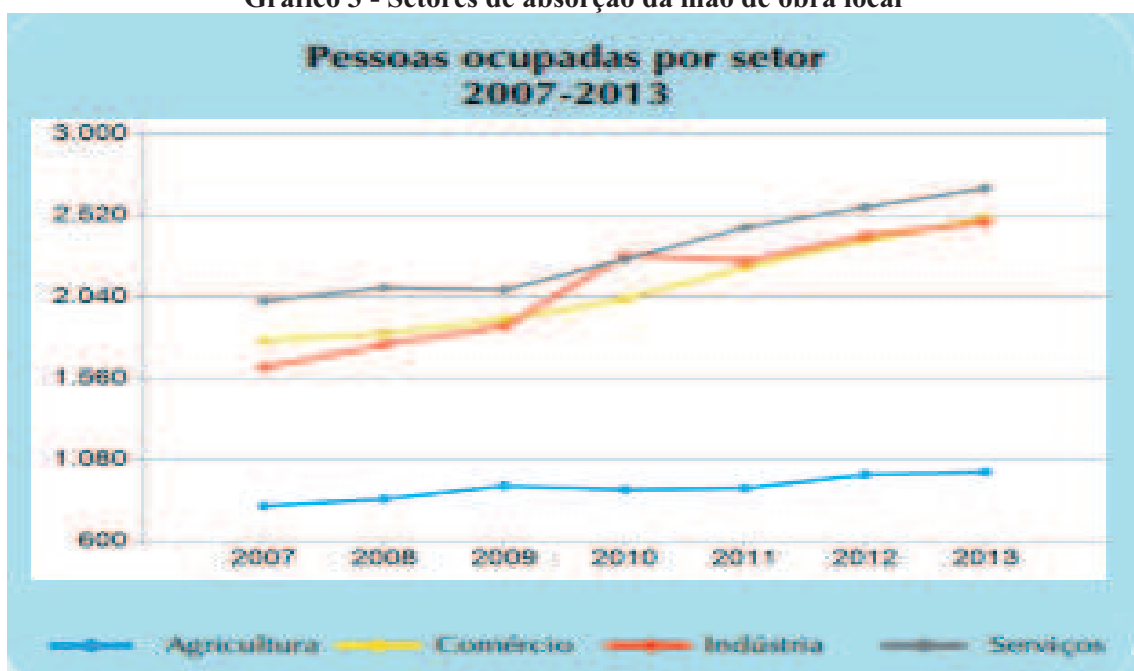
Mesmo que cada empresa parceira do projeto divulgue primeiramente a oportunidade de vagas de estágio ou aprendiz na Etec de Vargem Grande do Sul e que esta vaga seja suprida por um aluno da escola, há um contexto implícito neste processo que indiretamente acaba obrigando a escola a determinar o conteúdo de seu currículo baseado nos interesses que este mercado, representado pela parceria privada, exige de conteúdo para suprir as vagas que ele mesmo oferece. De certa forma é como se a contratação só acontecesse quando o aluno tem os conhecimentos específicos que o mercado exige através da vaga ofertada, sem levar em consideração tudo aquilo que compõe sua bagagem educacional e pior, induz aos que não são contratados a percepção de que a escola é responsável pelo insucesso. Deve-se lembrar, neste momento, que o mercado financeiro sobrevive de resultados econômicos cada vez maiores e desta forma os investimentos aumentam conforme estes resultados aumentam. A seleção inicial dos currículos é feita pela escola, através dos coordenadores de cursos, os quais selecionam os melhores alunos, por frequência e menções, além de capacidades expressadas nas aulas.

O diferencial do Projeto Parceria Escola / Empresas norteia-se sob o aspecto do aproveitamento de mão de obra, alunos, com conteúdo educacionais e técnicos específicos ofertados pelos cursos técnicos oferecidos na Etec de Vargem Grande do Sul e pelas empresas que firmam parceria no oferecimento de vagas de empregos remunerados, Estágio e ou Aprendiz, através da divulgação inicial destas vagas, primeiramente, na Unidade Escolar.

A ausência do compromisso com a contratação e a liberação desta por parte da empresa, faz com que as contratações prestigiem alunos dos cursos técnicos em decorrência do conteúdo educacional e técnico específico demonstrados nos processos de seleção e nas entrevistas. Evidentemente o projeto em questão tem preferência sob empresas do setor privado, como pode ser visualizado pelo gráfico 3, porque o crescimento desta iniciativa privada é maior que o crescimento dos outros setores. Além deste fator, deve-se considerar que a composição econômica da cidade tem maior disponibilidade comercial neste setor econômico.

Ainda sobre este diferencial é visível que a oferta de vagas de emprego pelo setor econômico tratado anteriormente, somado à necessidade socioeconômica do emprego remunerado pelos alunos, acaba influenciando diretamente no conteúdo educacional que a escola deveria proporcionar a seus alunos. E, infelizmente, cria a recíproca de que a culpa pelo fracasso do insucesso na conquista da vaga de trabalho cai sobre a escola, que proporciona através de seu currículo os conteúdos que pontualmente não são os, indiretamente, exigidos pelo poder privado.

Gráfico 3 - Setores de absorção da mão de obra local



Fonte: IBGE, Cadastro Central de Empresas 2014.

3.3 Aplicação e desenvolvimento do projeto na escola

No decorrer da pesquisa foram feitos estudos qualitativos sobre as teorias e teóricos de mesma linha de pensamento a respeito do modelo de projeto proposto e da tentativa de resultado esperado. A análise dos resultados no decorrer desta pesquisa é quantitativa considerando a participação da coordenação do projeto proposto pela escola. Complementando a interpretação dos resultados e dos objetivos da pesquisa, foram construídos gráficos originários da tabulação dos valores numéricos encontrados no período entre os anos de 2014 e 2017 exclusivamente para o Curso de Administração noturno, assim como da leitura e seleção dos requerimentos de trancamento, documento preenchido pelo aluno ou pelo responsável quando este é menor de idade, no momento de desistência e ou trancamento do curso técnico noturno. Para Gil (2008), esse tipo de pesquisa é válido porque

pode determinar através da tabulação ou compreensão dos resultados do questionamento como as pessoas, alunos e familiares, vivenciam o problema da não mais permanência no curso e, conseqüente, na escola.

[...] a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc. (GIL, 2008, p.128).

Neste caso específico, a investigação dos números que formarão os gráficos a seguir é proveniente de análise de informações obtidas através do levantamento de dados documentais dos arquivos dos alunos evadidos nos anos de 2014 até 2017, sendo que a principal fonte de dados é decorrente do comparativo de respostas dadas pelos alunos no momento de desistência do curso, preenchendo o documento de trancamento (Anexo A) oferecido pela secretaria da Etec de Vargem Grande do Sul. A tabulação dos resultados encontrados com a leitura e análise dos requerimentos preenchidos no período de 2014 a 2017 no Curso de Administração da Etec de Vargem Grande do Sul só foi possível porque no período de análise, coleta de dados e tabulação dos resultados pelo autor desta pesquisa, este atuou como coordenador de cursos do Eixo de Gestão de Negócios que engloba o Curso de Administração noturno. Além da coordenação do curso, a possibilidade de trabalhar ativamente na equipe do Projeto Parceria Escola / Empresas, proporcionou a oportunidade de visitar empresas e ofertar as potencialidades dos alunos frequentes na escola, alavancando de forma positiva a continuidade do projeto pela perspectiva cada vez mais gradativa das empresas para com o conhecimento pertencente aos alunos.

Desta forma, esta pesquisa concentra-se no estudo e análise dos números encontrados da tabulação dos documentos preenchidos pelos alunos que abandonaram o curso nos semestres específicos compreendidos entre os anos de 2014 até 2017, todavia não se pode afirmar que exista influência das condições econômicas particulares de cada aluno que optou por abandonar o curso, mas que seja possível analisá-las em um trabalho futuro. Resumidamente esta pesquisa tenta relacionar os resultados encontrados com o levantamento de dados fornecidos pelos documentos de desistência e ou trancamento com a oferta de uma vaga de emprego remunerado, pelo Projeto Parceria Escola / Empresas. Tal projeto, como dito, tem como meta a busca por minimizar os efeitos da evasão e com isto aumentar o tempo de permanência dos alunos na escola, estando o pesquisador participando de todo o processo: diagnóstico e enfrentamento do problema, busca de soluções, elaboração de um projeto específico, implementação e avaliação do projeto que após ser analisado foi inserido no Plano

Plurianual de Gestão (PPG), desenvolvendo uma parceria importante entre a Unidade Escolar e as empresas privadas da cidade de Vargem Grande do Sul e região.

Tendo como base a coleta de informações sobre os motivos utilizados pelos alunos evadidos no ato do preenchimento do Requerimento de Trancamento da matrícula, e os resultados oferecidos pela escola através de exemplo documental no Anexo A, o primeiro passo desta pesquisa baseia-se nas análises dos números ofertados pela ação da evasão comparados aos mesmos resultados, porém posteriores a implantação do Projeto Parceria Escola / Empresas.

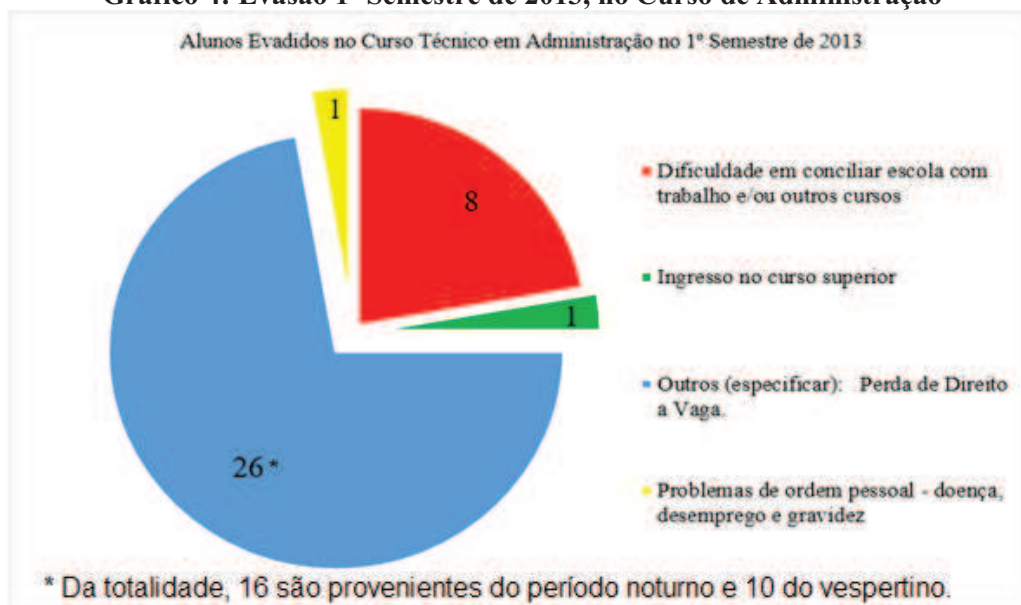
A mensuração do tamanho da amostra está relacionada a duas frentes. A primeira com base no demonstrativo efetuado pela Unidade Escolar para determinar as causas do trancamento das matrículas dos alunos do Curso Técnico em Administração. A segunda frente desta pesquisa enfoca a eficácia do Projeto Parceria Escola / Empresas, proposto no PPG, através do comparativo dos números entre os alunos que permanecem no Curso Técnico em Administração com os números dos alunos evadidos antes da oferta destas vagas de empregos remuneradas, isto é, antes do início do projeto em questão.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O propósito específico da pesquisa mediante os resultados que serão demonstrados é analisar a relação entre alguns condicionantes sociais e as trajetórias dos alunos no Curso Técnico noturno em Administração, demonstrando os efeitos de diminuição do número de alunos evadidos no período de 2013 a 2016 frente a implantação do Projeto Parceria Escola / Empresas.

Como partida para a análise da permanência do aluno na escola, os gráficos 4, 5, 6, 7, 8 e 9, decorrentes do preenchimento do documento visível no Anexo A¹ pelos alunos que interrompem o ciclo educacional e gráficos 10, 11 e 12 relacionando todos os resultados de mesma perspectiva, possibilitam uma melhor visualização dos resultados da pesquisa desenvolvida pela própria Etec de Vargem Grande do Sul, no primeiros e segundos semestres dos anos de 2013 até 2016, respectivamente, a fim de se conhecer as razões dos trancamentos das matrículas do Curso Técnico em Administração. Esta pesquisa é proveniente do controle de análise de informações oriundas dos documentos preenchidos pelos alunos no ato do trancamento do curso e ou desistência.

Gráfico 4: Evasão 1º Semestre de 2013, no Curso de Administração



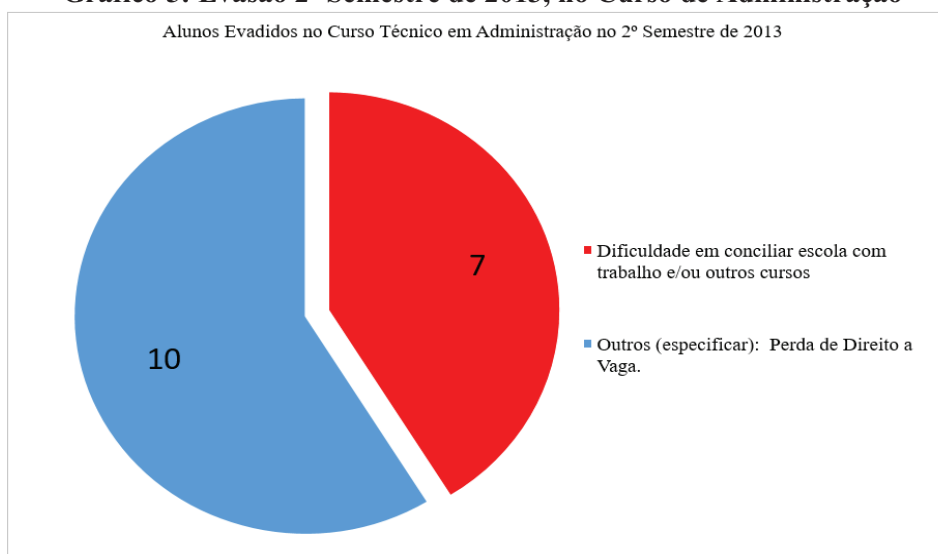
Fonte: Secretaria da Etec de Vargem Grande do Sul, 2017.

Fica evidente no gráfico 4 a responsabilidade do fator “Dificuldade em conciliar escola com trabalho e/ou outros cursos”, uma vez que a maior quantidade de alunos, números coletados entre o 1º e 3º Módulos de Administração do período noturno e 3º Módulo de

¹ Modelo de requerimento para trancamento de matrícula em Curso técnico da Etec de Vargem Grande do Sul.

Administração do período vespertino, que abandonaram o curso e justificaram o abandono, utilizando o contexto acima como prerrogativa à evasão. As alternativas para justificar o abandono de qualquer curso técnico na Etec de Vargem Grande do Sul estão disponibilizadas no termo de desistência e ou trancamento que este educando deve preencher no ato de alguma das hipóteses. Fica claro que não há indução de respostas, uma vez que o preenchimento oferece o campo de outras justificativas sem que haja a obrigatoriedade de descrevê-las.

Gráfico 5: Evasão 2º Semestre de 2013, no Curso de Administração



Fonte: Secretaria da Etec de Vargem Grande do Sul, 2017.

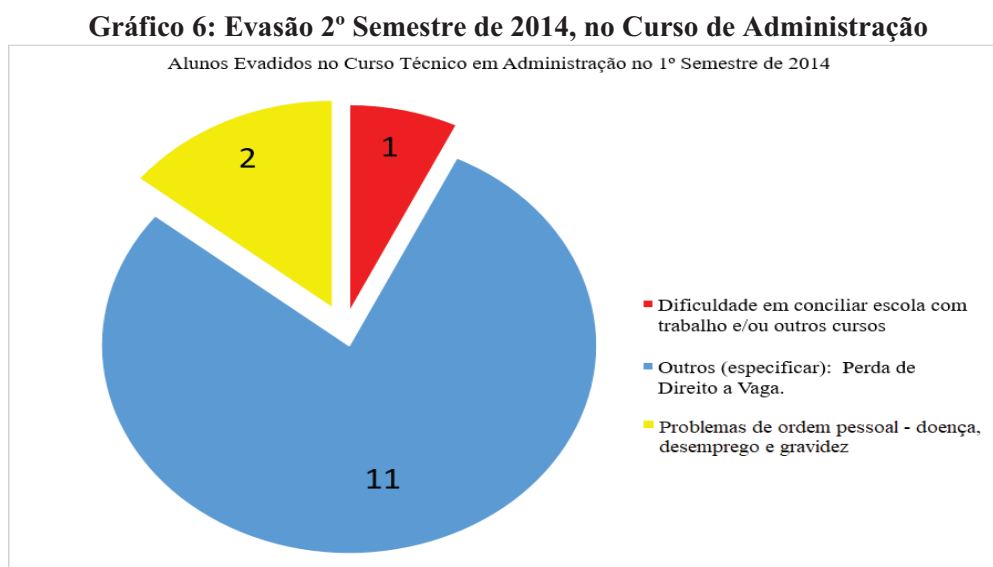
Através do gráfico 5, pode-se ter uma melhor compreensão quanto à diminuição do número de evadidos para o Curso de Administração; todavia aqui não mais abordando o período da tarde pelo fato deste não ter mais turmas neste período, assim como a mesma diminuição quanto à justificativa de incompatibilidade em conciliar escola e trabalho, na prerrogativa do abandono do Curso de Administração. Deve-se lembrar que os documentos utilizados para levantamento dos resultados foram fornecidos pela secretaria da Etec de Vargem Grande do Sul e os mesmos são preenchidos obrigatoriamente pelos alunos que escolhem desistir, no caso do 1º Módulo, e ou trancar no caso de estarem cursando o 2º e ou 3º Módulos.

No gráfico 6, é evidente mais resultados positivos em decorrência do Projeto Parceria Escola / Empresas, uma vez que a diminuição do número de evadidos com a prerrogativa de abandono por incapacidade de conciliar escola e trabalho se mantém, percebendo-se também uma ligeira diminuição do número total de evadidos, justificados ou não.

A melhor leitura para estes números se faz do comparativo com os semestres anteriores onde se pode notar que a quantidade de evadidos recua, assim como, também, há

um gradual recuo no número de evadidos que justificam o abandono por não conseguirem conciliar escola e trabalho.

O recuo, descrito anteriormente e visível no gráfico em questão, é proveniente da oferta de trabalho, estágio e ou aprendiz, concomitante ao curso aos alunos frequentes, os quais deixam de ter a obrigatoriedade de escolha entre continuar a escola ou ter que trabalhar para complementar a renda familiar.



Fonte: Secretaria da Etec de Vargem Grande do Sul, 2017.

Continuamente percebe-se, através dos gráficos 7, 8 e 9 seguintes, a eficiência na diminuição dos números de alunos evadidos no Curso de Administração da Etec de Vargem Grande do Sul pertinente ao Projeto Parceria Escola / Empresas, aplicado desde o 1º semestre de 2013 até os dias atuais.

Os resultados iniciais da aplicação do Projeto Parceria Escola / Empresas, no ano de 2013, são menores dos que foram oferecidos nos anos subsequentes, isto é, o número de oferta de vagas de trabalho, Estágio e ou Aprendiz, aos alunos dos Cursos Técnicos da Etec de Vargem Grande do Sul cresceu de forma considerável aos resultados positivos que estes recém-contratados ofereciam.

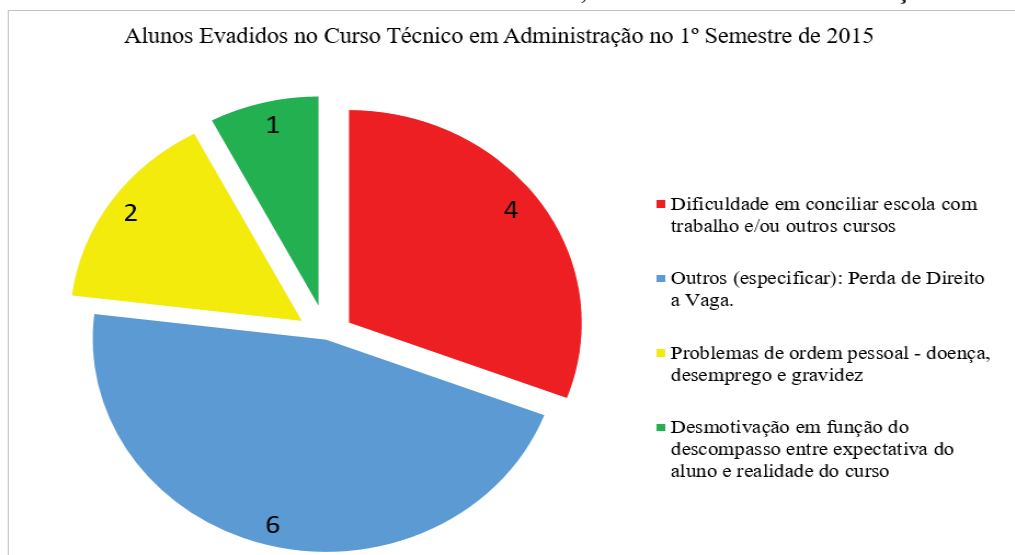
Esta pesquisa permite uma compreensão importante para o fortalecimento e continuidade do projeto, pois mesmo não tendo sido feito levantamento empírico, o número de vagas ofertadas, proveniente do aumento de empresas interessadas em participar, traduz a competência oferecida pelos alunos que atuaram como mão-de-obra para suprir as vagas de emprego remunerado oferecidas.

O crescimento da oferta de vagas no mercado de trabalho pela parceira privada,

através de Estágio e ou Aprendiz, cresceu de forma gradativa uma vez que no ano de 2013 as vagas oferecidas eram apenas 5 (cinco), já no 1º semestre do ano de 2017 a parceria privada do Projeto Parceria Escola / Empresas ofereceu à Etec de Vargem Grande do Sul, especialmente aos Cursos de Administração e Recursos Humanos, ambos oferecidos pela Unidade Escolar e componentes do Eixo de Gestão, 27 vagas e outras 27 vagas divididas entre os Cursos de Agroindústria, Manutenção e Suporte e até Ensino Médio. Fica clara a preferência dos Cursos de Administração e Recursos Humanos para a complementação das vagas oferecidas, detentores de 50% do total. É importante ratificar que não há estudos sobre as causas reais do crescimento da oferta de vagas e que os números descritos anteriormente são provenientes de relatórios ofertados pela comissão responsável pelo desenvolvimento e manutenção do projeto nos dias atuais.

A compreensão desta diminuição, que pode ser visualizada no gráfico 7, do número de alunos evadidos, se dá pelo simples fato de que a implantação do Projeto Parceria Escola / Empresas possibilita que o educando frequente possa trabalhar em uma empresa parceira através de uma vaga de Estágio e ou Aprendiz, ambas remuneradas, garantindo o complemento da renda familiar deste educando e desobrigando o mesmo a ter que escolher entre a continuidade do ciclo educacional ou o trabalho.

Gráfico 7: Evasão 1º Semestre de 2015, no Curso de Administração

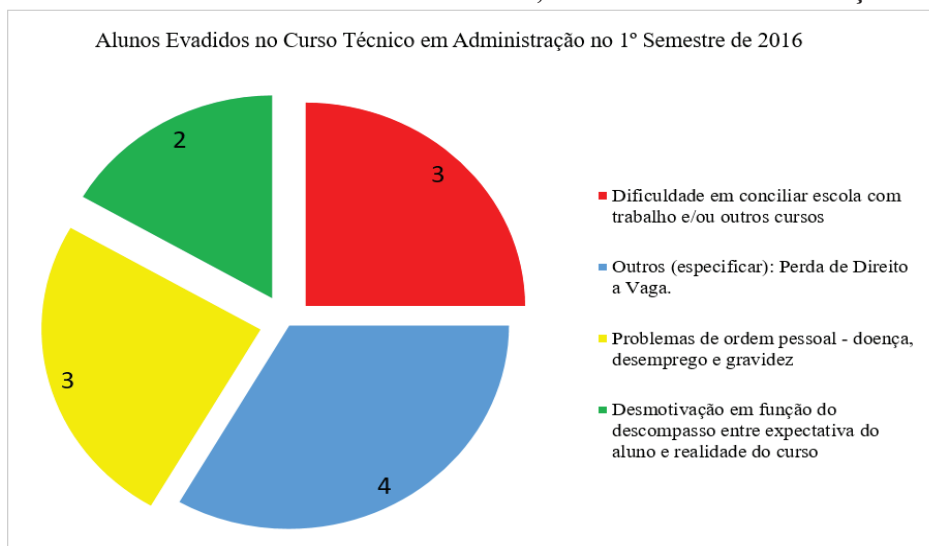


Fonte: Secretaria da Etec de Vargem Grande do Sul, 2017.

No primeiro semestre do ano de 2016, começa a ser oferecido pela Etec de Vargem Grande do Sul o Curso Técnico em Recursos Humanos, que também faz parte do Eixo Tecnológico de Gestão e Negócios, porém ainda há grande preocupação com o Curso Técnico em Administração, precursor dos estudos sobre a análise das dificuldades dos alunos em

conciliar o tempo de estudo com o trabalhado. Resultados da análise que, continuamente, estão demonstrados no gráfico 8.

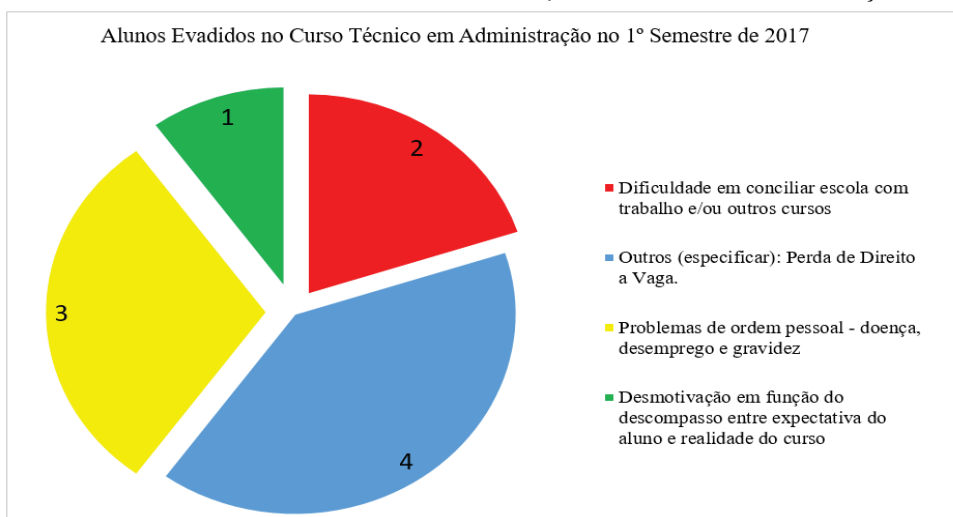
Gráfico 8: Evasão 1º Semestre de 2016, no Curso de Administração



Fonte: Secretaria da Etec de Vargem Grande do Sul, 2017.

O 1º semestre do ano de 2017 foi fundamental para a compreensão e importância dos números da evasão, uma vez que o período analisado, demonstrado no gráfico 9, tem o menor número de evadidos desde a implantação do projeto. O *feedback* dos alunos participantes, percebido através da análise dos resultados, caracteriza a importância do atingimento das necessidades pontuais de cada educando, principalmente pelo fato de que a escolha entre concluir o curso, sem ter que parar para trabalhar, torna-se motivo determinante para a permanência deste educando na escola.

Gráfico 9: Evasão 1º Semestre de 2017, no Curso de Administração

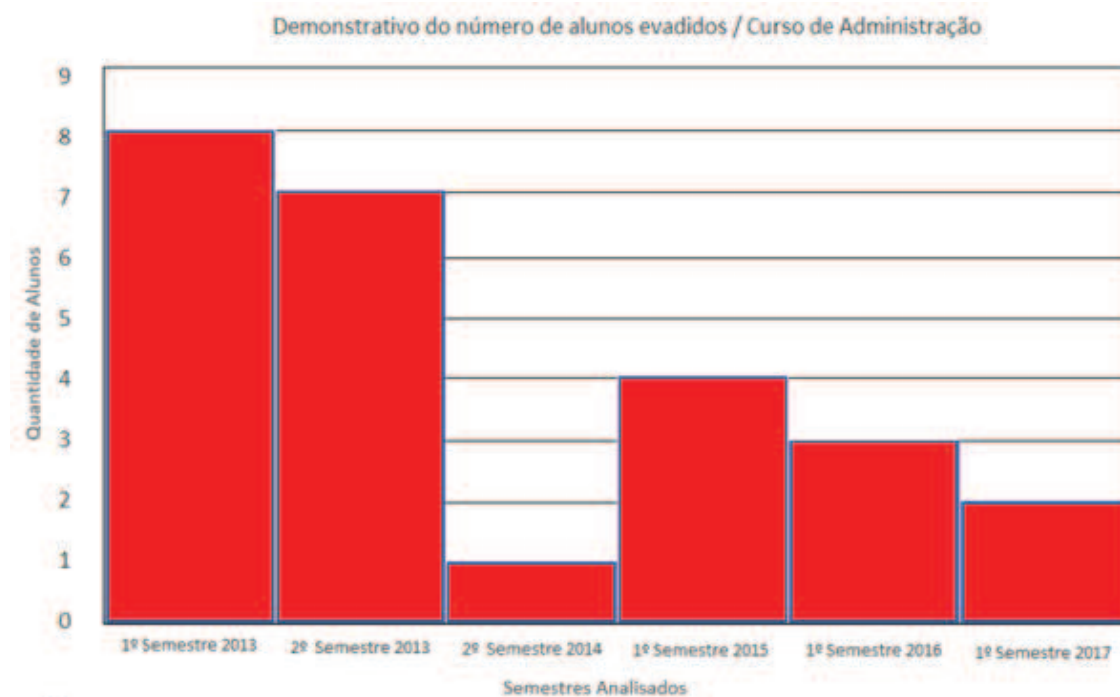


Fonte: Secretaria da Etec de Vargem Grande do Sul, 2017.

Relacionando os estudos e comparativos efetuados principalmente através dos resultados encontrados pela Coordenação do Projeto Parceria Escola / Empresas pode-se compreender através da discussão e interpretação das respostas que a implantação do projeto foi e está sendo fundamental para o controle e também para a diminuição do número de alunos evadidos, isto é, a permanência dos alunos está se consolidando na escola. Através do gráfico 10, pode-se visualizar melhor o demonstrativo decrescente entre os semestres analisados, levando-se em consideração apenas o número de alunos desistentes por não conseguirem conciliar trabalho e escola.

Através deste demonstrativo é possível visualizar que a implantação do Projeto Parceria Escola / Empresas surte efeito e concomitantemente gera diminuição gradativa do número de alunos que abandonam ou interrompem o curso técnico em Administração.

Gráfico 10 - Demonstrativo semestral / Dificuldade em conciliar escola com trabalho



Fonte: Secretaria da Etec de Vargem Grande do Sul, 2017.

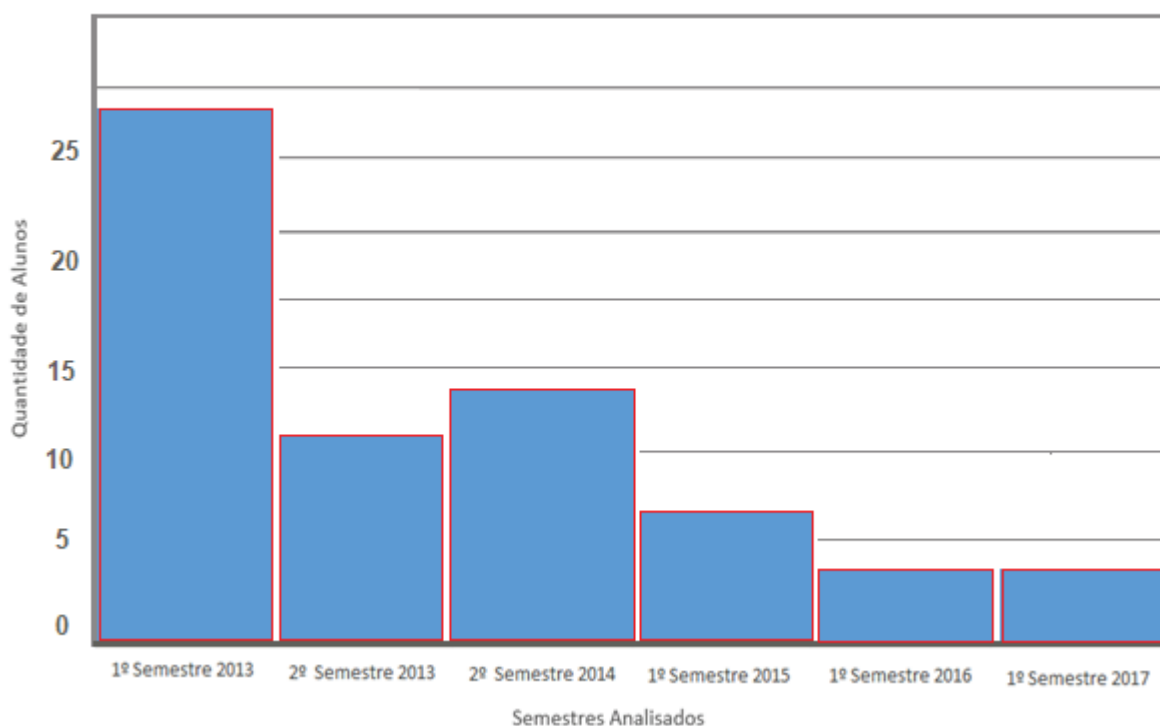
A análise dos condicionantes sociais do abandono e da permanência do aluno na escola são provenientes da relação estatística demonstrada nesta pesquisa, relevante a fatores socioeconômicos e laborais frente a ocorrência ou não da evasão no Curso de Administração. Faz se necessário ratificar que não foi feito levantamento específico de cada aluno para se ter conhecimento ou informações sobre situação financeira particular e ou familiar, uma vez que as vagas oferecidas através do Projeto Parceria Escola / Empresas não são supridas por alunos

que estão classificados pela renda, mas sim pela capacidade e bagagem educacional, a qual é mensurada nas entrevistas efetuadas pelas empresas privadas quando fazem processo de seleção entre todos os candidatos.

Existe uma influência direta entre a perspectiva de vida e os anseios familiares pontuais de cada aluno, e nesta família está implícita a expectativa financeira que o aluno pode ou deve ter para colaborar. Assim fica mais fácil de se compreender o gráfico 11 que demonstra uma queda brusca no abandono determinado pela perda da vaga. Isto é, as perspectivas com a possibilidade de ingressar no mercado de trabalho através do oferecimento de vaga remunerada de Estágio e ou Aprendiz aumentam visivelmente o interesse na permanência na escola e consequentemente diminui o número de alunos que, por razões educacionais, acabavam perdendo o direito a vaga.

Gráfico 11 - Demonstrativo semestral / Perda de direito a vaga

Demonstrativo do número de alunos evadidos / Curso de Administração



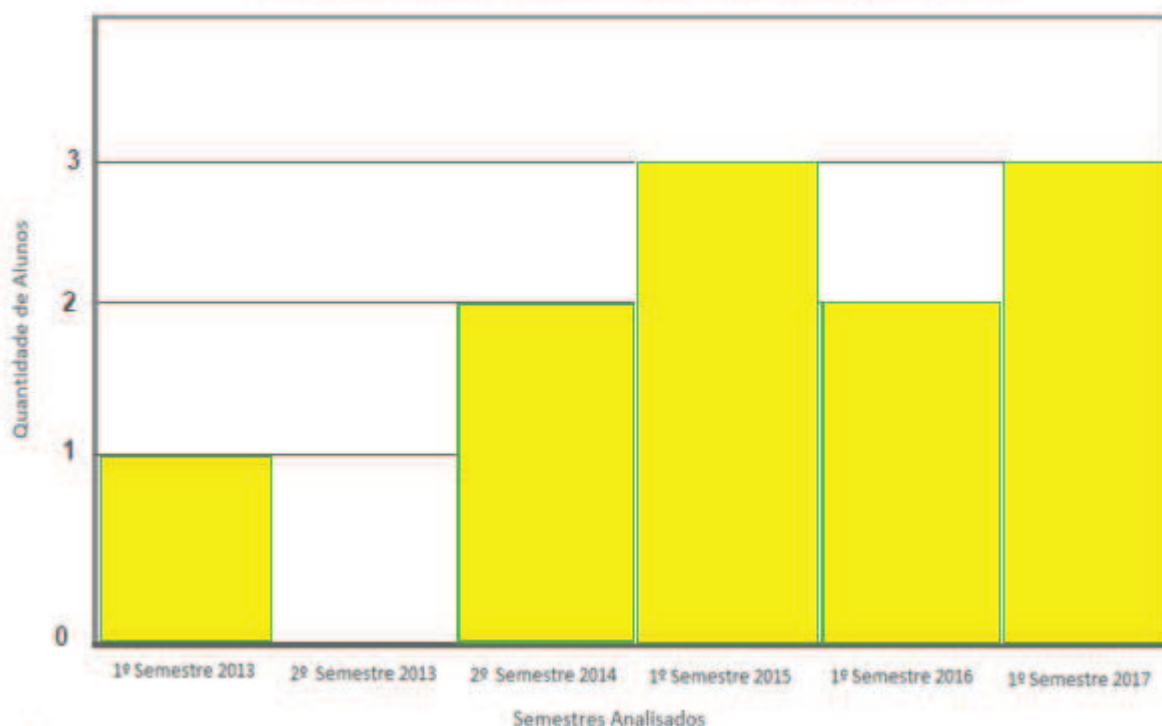
Fonte: Secretaria da Etec de Vargem Grande do Sul, 2017.

A percepção de que os resultados demonstram uma influência de anseios diferentes entre os alunos é clara, isto é, a ideia de que um emprego remunerado é bom para um aluno não significa que seja para o outro, isto tendo como relevantes fontes de compreensão os contextos socioculturais, econômicos e familiares; todavia só se pode afirmar que o abandono é mais frequente em alunos que tem fracasso escolar e que este estigma é proveniente de

vários fatores expostos no referencial. Não se pode afirmar, mesmo com todas análises e gráficos demonstrados, que exista uma relação entre os alunos de classes socioeconômicas menos favorecidas e os de mais favorecidas, porque o interesse pelas vagas de emprego não diferencia os alunos por classe, mas sim pela profissionalização e conteúdo técnico. Outros fatores como doenças e gravidez mantêm uma média durante os semestres, isto quer dizer que não sofrem influência pelo projeto.

Gráfico 12 - Demonstrativo semestral / Problema de ordem pessoal

Demonstrativo do número de alunos evadidos / Curso de Administração



Fonte: Secretaria da Etec de Vargem Grande do Sul, 2017.

Quanto à evasão, a análise dos gráficos permite compreender uma relação entre a evasão e a permanência, relação esta derivada do aumento do tempo de permanência do aluno na escola e resultante da conclusão do curso em questão, inibindo o abandono. Em síntese, os resultados da presente análise permitem concluir que os alunos de diferentes classes sociais ao entrarem no Curso de Administração são beneficiados igualmente pela qualidade do ensino e pela estrutura escolar. Por outro lado, os estudantes de menor tempo de permanência na escola são decorrentes da necessidade de escolha entre escola e trabalho.

O controle e a diminuição dos números da evasão são extensivos a todos os Cursos Técnicos noturnos oferecidos pela Etec de Vargem Grande do Sul. Todavia, este estudo tem como foco principal, decorrente dos contextos expostos anteriormente, o Curso de Administração e em detrimento do oferecimento, a partir de 2016, do Curso de Recursos

Humanos, uma vez que ambos fazem parte do mesmo Eixo Tecnológico em Gestão de Negócios. A preferência da iniciativa privada, no momento do oferecimento das vagas de trabalho, é decorrente do ramo de atividade predominante no processo de industrialização e de comércio da cidade de Vargem Grande do Sul.

A preferência por alunos matriculados no Curso de Administração é maior que a dos outros cursos oferecidos na Unidade Escolar, em função da amplitude alcançada pelo curso através da variedade de disciplinas oferecidas, e desta forma a possibilidade de estudo dos resultados encontrados é mais clara e precisa, proporcionando subsídios fundamentais para a compreensão de como atingir as necessidades financeiras dos alunos, através da oportunidade de emprego por uma vaga de trabalho (Estágio e ou Aprendiz) remunerada, como ferramenta essencial para o controle da evasão e aumento do tempo de permanência, dos alunos, nos Curso de Administração.

Desta forma, percebe-se que a amenização dos efeitos da evasão é muito mais complexa do que se implantar ações paliativas conforme contextos que se achava serem os únicos responsáveis por este processo. O resultado desta análise foi possibilitado pelo estudo dos números de alunos que interrompiam a continuidade do curso técnico através do trancamento ou desistência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sociedade brasileira é dividida em classes sociais, cada qual com um teto de renda financeira, diferenciando o alcance e a satisfação de necessidades, e infelizmente estas divisões não podem ser consideradas benéficas ao contexto educacional. As diferenças entre as classes sociais são visíveis principalmente quando se compara o modelo de educação público e privado, pois constantemente os mais abonados financeiramente, a sociedade pertencente às classes sociais mais favorecidas, estudam em escolas privadas, absorvendo conteúdos similares aos das escolas públicas, porém sem a cobrança eminente do necessário sustento familiar ou a obrigatoriedade da escolha do trabalho frente à escolarização.

O comparativo entre as entidades educacionais, escolas públicas e privadas não foi estudado nesta pesquisa, porém constata uma fragilidade no modelo público sim; todavia esta é muito mais decorrente de ausências físicas, investimentos satisfatórios e não paliativos para uma total remodelagem das estruturas públicas, do que uma diferença entre seus conteúdos. Fica cada vez mais evidente exemplos de alunos da rede pública com resultados expressivos no desenvolvimento educacional, social e econômico.

Os investimentos na educação brasileira têm focos diferentes, um deles é o social, muito pequeno, já o outro é o mercadológico, bem maior. O contexto principal desta separação entre os investimentos é proveniente da necessidade de se absorver o máximo possível de adolescentes nas escolas e após sua formação incluí-los no mercado de trabalho. Este contexto é maléfico para o processo educacional, pois acaba obrigando as escolas a incluírem em seus currículos os conteúdos exigidos pelo mercado de trabalho e pela necessidade de ajustamento dos alunos à uma vaga de emprego oportuna e determinada, ao invés de conhecimentos necessários e aprofundados para a base educacional e cultural do mesmo a ser utilizada em um futuro próximo.

Todavia, existe um abismo muito grande entre as expectativas e a realidade, principalmente porque a persistente necessidade de escolha entre ter que trabalhar nos períodos em que este adolescente deveria só se preocupar em aprender, é uma realidade constante em sua grande maioria dos que ingressam no modelo educacional brasileiro público. Outra vez, pode-se notar a imposição do mercado sobre a educação, principalmente porque a não contemplação de conhecimento específico para um tipo de emprego que está sendo oferecido, incapacita o aluno ao mesmo, concomitante agravando sua situação financeira perante o contexto social em que vive, agravando, pois, o abandono escolar.

Assim, o que se vê são ingressos no mercado de trabalho sem qualquer conteúdo ampliado, apenas aquilo que se faz necessário para o momento, desprovido de conhecimento, sendo apenas ingressos no âmbito de se sanar uma necessidade causada pelas diferenças sociais que não deveriam existir, partindo do pressuposto de que todos são iguais e têm os mesmos direitos. Entretanto, a partir desta pesquisa é possível demonstrar que a teoria de Bourdieu não é simplesmente um conjunto de afirmações mais ou menos articuladas sobre as relações entre realidade social e realidade escolar. Ela pode embasar as discussões que pensam a escolarização numa perspectiva crítica. Uma perspectiva real para os dias atuais e que demonstra claramente as interferências negativas causadoras do abandono escolar e da diminuição do tempo de permanência dos alunos na escola, para aprender, para obter conhecimento, para mudar para uma vida melhor.

As diferenças sociais causam nas classes menos favorecidas um efeito muito comum denominado complemento de renda familiar. Resumidamente, existem necessidades básicas e de segurança que não são atingidas, tais como colocar comida na mesa, ter o que comer no almoço e no jantar, poder dormir em uma cama digna, ter saneamento básico decente e até receber um salário compatível com a realidade do país. A incapacidade financeira da sustentabilidade social da família dos brasileiros pertencentes a estas classes menos favorecidas impacta diretamente no problema desta pesquisa de estudo, a evasão. O educando se vê em uma situação, comum no dia a dia do brasileiro, a qual exige deste a necessidade de escolha entre o estudo ou o trabalho. Este educando é obrigado a escolher permanecer na escola e acumular conhecimentos que serão necessários para sua construção moral e social ou trabalhar para complementar a renda familiar e consequentemente sustentar sua família, em um emprego na sua maioria braçal que não necessita de um quinto de conteúdos educacionais que este aluno aprenderia na escola, se lá estivesse.

Dentre todas as alternativas implantadas para minimizar a evasão ou ampliar a permanência do aluno na escola, uma alternativa se sobressaiu com mais velocidade e resultados na escola *locus* desta pesquisa. Porém, não houve a erradicação total da evasão, mas sim uma compreensão sobre adequações pontuais necessárias ao conteúdo a ser oferecido aos alunos, o que possibilitou um controle mais preciso dos fatos que levavam estes alunos a evadirem e assim ampliar o número de permanência na escola e, por conseguinte, a diminuição da evasão. A ideia de se tentar controlar a evasão parte do pressuposto da compreensão das razões pelas quais os alunos não terminam os cursos técnicos noturnos e ou desistem na metade foi fundamental para a eficácia de alternativas à ampliação da permanência do aluno na escola. Esta metodologia é proporcional às ações desenvolvidas

pelos poderes públicos, ações que foram explanadas no referencial, e que, como analisado, tem pouco efeito sobre o aumento da permanência dos alunos nas escolas, assim como geram pouca mudança nos números do abandono.

A base deste trabalho teve como estudo uma análise dos dados fornecidos pela escola em relação ao abandono do Curso Técnico de Administração e à influência da inclusão destes no mercado de trabalho concomitante ao período em que este aluno frequenta um Curso Técnico e ou Ensino Técnico Integrado ao Médio, tendo apenas uma regra básica: a permanência no Curso até seu término, sendo que esta permanência engloba frequência e notas dentro das médias exigidas, para que esta inclusão no mercado de trabalho tenha continuidade e possa subsidiar número para o comparativo entre a Evasão antes e depois de se adotar esta ideia de inclusão ao mercado de trabalho. Enfatiza-se aqui a importância da motivação extrínseca – vaga de emprego remunerado – utilizada como combustível para ampliar o interesse na manutenção até o término do ciclo educacional.

Os modelos mais tradicionais de inclusão no mercado de trabalho são, atualmente, muito incentivados pelos governos federal, estadual e municipal, através de campanhas sobre a importância do Aprendiz e do Estágio, para os jovens e para as empresas. Incidindo sob esta ótica, este levantamento dos números da evasão no Curso Técnico em Administração na Etec de Vargem Grande do Sul contribui com resultados importantes para a compreensão de um pequeno contexto sobre o abandono escolar e principalmente sobre a importância de se adotar medidas diretas em busca do aumento do tempo de permanência do educando na escola. Fica claro que, em momento algum, o âmbito deste trabalho tenta erradicar o abandono escolar, mas sim estudar, analisar e comparar resultados obtidos através da implantação de projeto de parceria que oferece oportunidade de emprego remunerado, promovido pela direção, coordenação e corpo docente da Etec de Vargem Grande do Sul, buscando um caminho mais concreto para tentar diminuir o número de alunos que abandonam a escola em detrimento da incapacidade de conciliação do estudo com o trabalho e também promover o aumento do tempo de permanência deste e dos outros alunos na escola.

O Projeto Parceria Escola / Empresas foi desenvolvido especialmente para a escola, uma vez que adota uma metodologia particular de parceria entre escola e empresas. Estas parcerias são trabalhadas e conquistadas com muito afinco pela coordenação do projeto, a qual exige critérios importantes para a construção do caráter social e profissional dos alunos, das empresas parceiras.

Desta forma, conclui-se que a possibilidade de oferecer um estágio ou uma vaga de aprendiz, remunerados, aos alunos do Curso Técnico em Administração da Etec de Vargem

Grande do Sul, observando o contexto escolar, educacional, familiar, as questões culturais e socioeconômicas envolvidas e abordadas no referencial, pode determinar uma solução plausível da diminuição do número de alunos evadidos e na permanência até a conclusão do curso técnico.

Ressalta-se ainda a importância do papel dos atores deste projeto, os quais são fundamentais para a criação dos laços entre escola e empresa, mas se faz necessário salientar que a ideia da qualidade técnica exigida dos alunos que passam a exercer a atividade laboral remunerada, através do projeto em questão, pelas empresas é proveniente da prerrogativa de idoneidade das mesmas empresas. A demanda temporal desta pesquisa não contempla, de forma mais aprofundada um estudo, ou comparativo individual sobre as condições socioeconômicas dos alunos, assim como não há menções sobre análises e pesquisas entre os tipos de ofertas de estágio e ou vagas de aprendiz. Não foram feitos estudos sobre as empresas parceiras do projeto, como levantamento de dados financeiros, tipos de atividades econômicas ou capacidades de produção, uma vez que o foco desta pesquisa se baseia nos efeitos da oportunidade de emprego remunerado e não no propositos deste, o qual poderá ser estudado em outras oportunidades futuras.

Dentre estes laços, existe todo conteúdo compreendido no âmbito familiar e até mesmo pelo aprendizado destes jovens na sociedade e escola, possibilitando cada vez mais chances, vagas de emprego, aos alunos que permanecem frequentando as aulas e concluindo os cursos, fato que não pode ser compreendido em sua totalidade como uma prática genérica e milagrosa para todas escolas, pois esta análise tem foco na Etec de Vargem Grande do Sul através de projeto específico para o contexto educacional, familiar e socioeconômico dos alunos evadidos e não. Assim, como se percebe que não são todos alunos que tem a necessidade de uma vaga de emprego remunerado, não se pode determinar uma classe econômica preferencial para a ação dos efeitos do projeto de parceria uma vez que não foram efetuados comparativos sociais entre os alunos, apenas levantamento de quantidade de evadidos que justificaram no termo de trancamento (Anexo A) a incapacidade de conciliar os estudos com o trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, Helena Wendel. **Condição juvenil no Brasil contemporâneo**. In: ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni (Orgs.). **Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2008. p. 37-72.

ANASTASI, A. (1965) **Testes psicológicos: teoria e aplicação**. São Paulo: Herder.

ARANHA, A. **A escola que os jovens merecem**. Revista Época, n. 587, ago. 2009.

ARROYO, Miguel G. **Fracasso-Sucesso: o peso da cultura escolar e do ordenamento da Educação Básica**. In: ABRAMOWICZ, Anete e MOLL, Jacqueline. **Para Além do Fracasso Escolar**, Campinas: Papirus, 1998.

ÁVILA, Fernando Bastos. **Pequena enciclopédia de moral e civismo**. Brasília: MEC, 1992.

BARDAGI, M. P., & Hutz, C. S. (2005). **Evasão e serviços de apoio ao estudante: Uma breve revisão da literatura brasileira**. Psicologia em Revista, 14, 279-301.

BARDAGI, M. P., & Hutz, C. S. (2006). **Indecisão profissional, ansiedade e depressão na adolescência: A influência dos estilos parentais**. Psico-USF, 11(1), 65-73.

BENSIMON, E. M. **The Underestimated significance of practitioner knowledge in the hip on student success**. The Review of Higher Education, 30(4), 441 – 469.

BERGAMINI, CW. **A motivação nas organizações**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 1997.

BOURDIEU, Pierre. **A “juventude” é apenas uma palavra**. In: _____. Questões de sociologia. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983. p. 112-121.

_____. **Espaço social e espaço simbólico**. In: BOURDIEU, P. Razões práticas: Sobre a teoria da ação. 10. ed. Campinas: Papirus, 1996. p. 13-33.

_____. **A distinção: Crítica social do julgamento**. Porto Alegre: Zouk, 2007.

_____. **Reprodução cultural e reprodução social**. In: BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2009 p. 295-336.

_____. **Condição de classe e posição de classe**. In: BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2009 p. 3-26.

_____. **Reprodução cultural e reprodução social**. In: BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2013. pp. 295-336.

BOURDIEU, P.; PASSERON, J. C. **A reprodução: Elementos para uma teoria do sistema de ensino**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

BRASIL. **Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943. Aprova a Consolidação das Leis**

do **Trabalho.** Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decretolei/del5452compilado.htm. Acesso em 25 de março de 2017.

_____. **Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 5 de outubro de 1988.** 24^a. ed. São Paulo: Saraiva, 2000. (Coleção Saraiva de Legislação).

_____. **Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.** Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8112cons.htm. Acesso em 25 de janeiro de 2017.

_____. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 23 de setembro de 2017.

_____. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.** Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11892.htm. Acesso em: 20 de setembro de 2017.

_____. **Resolução nº 2, de 30 de janeiro de 2012.** Define Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Brasília, 2012a. Disponível em: http://pactoensinomedio.mec.gov.br/images/pdf/resolucao_ceb_002_30012012.pdf. Acesso em: 23 de setembro de 2017.

_____. **Resolução nº 6, de 20 de setembro de 2012.** Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Brasília, 2012b. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11663-rceb006-12-pdf&category_slug=setembro-2012-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 22 de setembro de 2017.

BROPHY, J.E. **Conceptualizing student motivation.** *Educational Psychologist*. v. 18, n. 3, p. 200-215, 1983.

_____. **Motivating students to learn.** New York: McGraw-Hill, 1998.

_____. **Research on motivation and education: past, present and future.** Em T. URBAN (ed.). *Advances in Motivation and Achievement*. v. 11: Achievement Contexts, 2001 (manuscrito original).

BRANDÃO, Zaia et al. **O estado da arte da pesquisa sobre evasão e repetência no ensino de 1º grau no Brasil.** In *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, v. 64, nº 147, 1983, p. 38-69.

BRUNO, A. **Educar sempre.** Fortaleza: Inesp, 2010.

BZUNECK, J. A. **As crenças de auto-eficácia dos professores**. In: F.F. Sisto, G. de Oliveira, & L. D. T. Fini (Orgs.). *Leituras de psicologia para formação de professores*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

DECI, E. L.; RYAN, R. M. **The “what” and “why” of goal pursuits: human needs and the self-determination of behavior**. *Psychological Inquiry*, v.11, n.4, p.227-268, 2000.

DIGIÁCOMO, Murilo José. **Evasão Escolar: Não Basta Comunicar e as Mãos Lavar**. Disponível em: http://w.w.w.mp.ba.gov.br/atuacao/infancia/evasao_escola_murilo.pdf
Acesso em: 2 de dezembro de 2016.

DORE, R. **Evasão e repetência na Rede Federal de Educação Profissional**. XXXVII REDITEC, Maceió/AL. 2013. Disponível em: www.reдитеc.ifal.edu.br. Acesso em: 27 de outubro de 2017.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

_____. **Pedagogia da autonomia. Saberes necessários à prática educativa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

GADOTTI, Moacir. **Perspectivas atuais da educação**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

GIORDANO, Blanche Warzée. **(D)eficiência e trabalho: analisando suas representações**. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2000.

GONÇALVES, C. M., & COIMBRA, J. L. (2007). **O papel dos pais na construção de trajetórias vocacionais dos seus filhos**. *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, 8(1), 1-17.

GOOGLE MAPS, **Localização de Vargem Grande do Sul – SP**. Disponível em: <https://www.google.com.br/maps/place/Vargem+Grande+do+Sul,+SP,+13880-000/@-22.0819053,-46.7886443,10z/data=!4m5!3m4!1s0x94c82bdf44148d5:0x27a5eee9fa7fc130!8m2!3d-21.8326774!4d-46.8917293>. Acesso em: 07 de novembro de 2017.

HARNIK, Simone. **Má escolha é a maior causa da evasão**. Folha de S. Paulo, 18/10/2005. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/educacao/ult305u17930.shtml>.

KUENZER, Acácia Zeneida. **Exclusão Incluyente e Inclusão Excludente**. In: **Capitalismo, Trabalho e Educação**. Campinas, SP: Autores Associados, HISTEDBR, 2002.

_____. **O Ensino Médio agora é para a vida: entre o pretendido, o dito e o feito**. *Educação e Sociedade*, ano XXI, n. 70, pp. 15- 39, abr. 2001.

LDB. **Lei Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº. 9.394/96**, Brasília: 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf> Acesso em: 25 de outubro de 2017.

LEÃO, G. M. C., JACOMEL, M. C. W., & TAVARES, V. S. **O compromisso do IFPR com o Ensino Profissional Tecnológico no Estado do Paraná**. *Revista Educação e Políticas em*

Debate, Uberlândia, v. 3, n. 1, p. 176-192. 2014. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/revistaeducapoliticas/article/view/27691>>. Acesso em: 22 Setembro de 2017.

LOTUFO, A. D. P.; SOUZA JR. C.; COVACIC, M. e BRITO, J. M. S. (1998). **Evasão e repetência na FEIS/UNESP: análise e resultados**. In: XXVI CONGRESSO BRASILEIRO DE ENSINO DE ENGENHARIA. São Paulo. Disponível em: http://www.dee.feis.unesp.br/dee/docentes/publicacoes/artigo_anna_cobenge_98.pdf Acesso em: 10 de outubro de 2016.

MENESES, J. D. **A Problemática da Evasão Escolar e as Dificuldades da Escolarização**. 2010. Disponível em: <<http://www.artigonal.com/ensino-superior/artigos/a-problematica-daevasao-escolar-e-as-dificuldades-da-escolarizacao761092.html>>. Acesso em: 19 agosto de 2017.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, **Relatório Educação para Todos no Brasil 2000-2015**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=15774-ept-relatorio-06062014&Itemid=30192. Acesso em: 23 de setembro de 2017.

_____. **Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec)**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/pronatec#content>. Acesso em: 21 de setembro de 2017.

_____. **Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação/ Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)**. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/pdde>. Acesso em: 04 de setembro de 2017.

_____. **Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação/ Programa Nacional do Livro Didático (PNLD)**. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/index.php/programas/programas-do-livro>. Acesso em: 05 de setembro de 2017.

_____. **Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação/ Programa Nacional de Transporte Escolar (PNATE)**. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/index.php/programas/pnate>. Acesso em: 05 de setembro de 2017.

_____. **Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação/ Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)**. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/index.php/programas/pnae>. Acesso em: 04 de setembro de 2017.

MICELLI, Sylvio. **O perfil do universitário brasileiro e o problema de evasão no ensino superior**, 2008. Disponível em: <http://www.servidorpublico.net/noticias/2007/01/23/o-perfil-douniversitario-brasileiro-e-o-problema-de-evacao-no-ensino-superior>.

MOURA, C. B. e MENEZES, V. M. (2004). **Mudando de opinião: análise de um grupo de pessoas em condição de re-escolha profissional**. Revista Brasileira de Orientação Profissional, 5 (1), 29-45.

NASCIMENTO, Lucidalva Pereira do; KEMPA, Sydney Roberto. **A evasão e/ou abandono de jovens do ensino médio noturno de uma escola pública do litoral do Paraná**.

Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/2553-8.pdf>
Acesso em: 7 de junho de 2017.

PALHARINI, F. A.. **Contornos da Evasão no Curso de Letras da UFF**. Cadernos de Letras da UFF, v. 36, p. 145-164, 2008.

PATTO, M. H. S. **Privação Cultural e Educação Pré-Primária**. Rio de Janeiro: Livraria José Olímpio Editora, 1973.

_____. **Psicologia e ideologia: uma introdução crítica à psicologia escolar**. São Paulo: T.A. Queiroz, 1973.

_____. **O fracasso escolar como objeto de estudo: anotações sobre as características de um discurso**. Cad. Pesq. São Paulo (65): 72 – 77, maio de 1988.

_____. **A Produção do Fracasso Escolar: histórias de submissão e rebeldia**. São Paulo: TA Queiroz, Reimpressão, 1996.

PEREIRA, Luiz Felipe Scherwenski (2003). **Violência e evasão escolar**. Disponível em: <http://www.al.urcamp.tche.br/ViolenciaEvasaoEscolar.doc> Acesso em: 01 de Março de 2017.

PLANALTO, **Presidência da República**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111788.htm. Acesso em: 23 de setembro de 2017.

_____. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5598.htm. Acesso em: 29 de setembro de 2017.

PLANALTO, **Presidência da República. LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm Acesso em: 10 de setembro de 2017.

QUEIROZ, Lucileide Domingos (2004) **Um estudo sobre a evasão escolar: para se pensar na inclusão escola**. Disponível em: www.anped.org.br. Acesso em: 25 de janeiro de 2017.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia**. 40 ed. Campinas: Autores Associados, 2008a.



_____. **Educação Brasileira Estrutura e Sistema**. 8. ed. São Paulo: Ática, 2000.

SOUSA, Antônia de Abreu; SOUSA, Tássia Pinheiro de; QUEIROZ, Mayra Pontes de; SILVA, Erika Sales Lôbo. **Evasão escolar no ensino médio: velhos ou novos dilemas?** Revista VÉRTICES, Campos dos Goytacazes/RJ, v. 13, n. 1, p. 25-37, jan. /abr. 2011.

UNESCO, 2006. **UNESCO** - Disponível no site: www.unesdoc.unesco.org Acesso em 05 de setembro de 2016.

ANEXO A

Modelo de requerimento para trancamento de matrícula em Curso técnico da Etec de Vargem Grande do Sul.

		Protocolo n.º _____ / _____ / _____ Data _____ / _____ / _____ Funcionário _____
ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL DE VARGEM GRANDE DO SUL		
REQUERIMENTO DE TRANCAMENTO DE MATRÍCULA		
Nome: _____		
Curso: _____	Classe: _____	Período: _____
Requer o trancamento de matrícula nos termos dos § 2º e 3º do Artigo 57 do Regimento Comum das Etecs do Ceeteps por motivo de:		
Assinale o(s) motivo(s) do trancamento de matrícula		
<input type="checkbox"/> Dificuldade em conciliar escola com trabalho e/ou outros cursos (Ensino Médio, pré-vestibular, etc.).	<input type="checkbox"/> Dificuldades em acompanhar o curso/ baixo desempenho no curso	
<input type="checkbox"/> Dificuldade em ir às aulas - reside distante da Escola, mudou de endereço (residência ou transferência no trabalho) ou falta de transporte.	<input type="checkbox"/> Problemas de ordem pessoal - doença, desemprego, gravidez () ou falta de recursos para aquisição de materiais escolares e transporte ()	
<input type="checkbox"/> Baixa oferta de empregos na área	<input type="checkbox"/> Falta de Professores para determinados componentes curriculares	
<input type="checkbox"/> Dificuldade no relacionamento interpessoal com alunos () e/ou professores ()	<input type="checkbox"/> Deficiência no preparo dos professores () ou falta de aulas práticas ()	
<input type="checkbox"/> Desmotivação em função do descompasso entre expectativa do aluno e realidade do curso (), desconhecimento sobre o curso (), não se identifica com o curso escolhido () ou não tem interesse pela habilitação ()		
<input type="checkbox"/> Ingresso no curso superior	<input type="checkbox"/> Outros(especificar): _____	
Data _____ / _____ / _____		
Assinatura do aluno ou Responsável _____		
PREENCHIMENTO DA ETEC		
Secretaria Acadêmica	Coordenação (Pedagógica/Curso)	
Trata-se da primeira solicitação de trancamento para a série/módulo. Encaminhe-se à Coordenação.	Ouvido o Conselho de Classe:	
<input type="checkbox"/> Não se trata da primeira solicitação de trancamento para a série/módulo. Encaminhe-se a Direção para o indeferimento.	<input type="checkbox"/> Favorável	
	<input type="checkbox"/> Não favorável; justificativa: _____	
Data _____ / _____ / _____	Data _____ / _____ / _____	
(Carimbo e ass. Responsável pela Área Acadêmica)	(Carimbo e ass. do Coordenador)	
Direção	Aluno	
<input type="checkbox"/> Deferido <input type="checkbox"/> Indeferido	Ciente do:	
	<input type="checkbox"/> indeferimento	
	<input type="checkbox"/> deferimento; declaro que fui informado de que deverei renovar a matrícula no próximo ano/semestre, na data marcada no Calendário Escolar, sob a pena de não ter garantida a vaga.	
Data _____ / _____ / _____	Data _____ / _____ / _____	
(Carimbo e ass. do Diretor)	Assinatura do aluno ou Responsável _____	
.....		
REQUERIMENTO DE TRANCAMENTO DE MATRÍCULA		
Protocolo n.º _____		
Nome do aluno(a) _____		
Curso: _____	Classe/Período _____	
Data da renovação da matrícula _____ / _____ / _____	Data _____ / _____ / _____	
(ass. Funcionário) _____		
IMPORTANTE: A vaga no módulo/série/curso somente será garantida se o aluno renovar a matrícula no ano/semestre seguinte ao trancamento, na data estabelecida no Calendário Escolar.		